



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

DANIEL DE SOUZA NEGRÃO

**EFEITOS DO TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NA COMUNIDADE DE TERRA
PRETA – RORAIMA**

BOA VISTA, RR

2018

DANIEL DE SOUZA NEGRÃO

**EFEITOS DO TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NA COMUNIDADE DE TERRA
PRETA – RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais, na área de Concentração: Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas.

Orientadora: Profa. Dra. Georgia Patrícia da Silva Ferko

Coorientador: Dr. Thiago José Costa Alves

BOA VISTA, RR

2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

N385e Negrão, Daniel de Souza.

Efeitos do turismo de pesca esportiva na Comunidade de Terra Preta-
Roraima / Daniel de Souza Negrão. – Boa Vista, 2018.
107 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Geórgia Patrícia da Silva Ferko.
Coorientador: Prof. Dr. Thiago José Costa Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - PRONAT.

1 - Turismo. 2 - Efeitos. 3 - Conflitos. 4 - Pesca esportiva. I - Título.
II - Ferko, Geórgia Patrícia da Silva (orientadora). III - Alves, Thiago
José Costa (coorientador).

CDU - 79:379.8.095(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM


DANIEL DE SOUZA NEGRÃO

**EFEITOS DO TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NA COMUNIDADE DE
TERRA PRETA – RORAIMA**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, defendida em 31 de agosto de 2018 e avaliada pela seguinte Banca Examinadora:


Prof. Dra. Georgia Patrícia da Silva Ferko
Orientadora - Universidade Federal de Roraima


Prof. Dra. Meire Joisy Almeida Pereira
Membro - Universidade Federal de Roraima


Prof. Dra. Mônica Montana Martínez Ribas
Membro - Universidade Federal de Roraima


Prof. Dr. Sandro Loris Aquino Pereira
Membro - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/RR

A Deus, pelo dom da vida,
as famílias da Comunidade de Terra Preta
e a minha família pelo amparo diário.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis deste trabalho.

Aos professores do Curso de Mestrado em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima.

A minha orientadora, professora Dra. Georgia Patricia da Silva Ferko, pelo apoio e incentivo incondicional, bem como sua paciência na construção deste trabalho.

Ao meu coorientador, professor Dr. Thiago José Costa Alves, pela partilha de seu conhecimento acerca do Baixo Rio Branco, juntamente com o apoio para a coleta de dados deste trabalho.

A professora Dra. Monica Montana Martinez Ribas pelo grande auxílio e dedicação na correção deste trabalho.

As minhas amigas de turma: Lilia, Regina, Andressa, Bruna, Meiriane, Gilmara e Jennifer que estiveram presentes nos momentos de estudo, dificuldade e de lazer.

À Comunidade de Terra Preta, em especial aos meus amigos Marcos, Mara, Misael e Meire, pela acolhida extraordinária e os momentos de conversas agradáveis no período em que estive na comunidade.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

“O saber, só tem valor quando é
compartilhado”.

(Duarte)

RESUMO

O turismo tem atraído muitos visitantes que buscam contato com a natureza. Um dos tipos de turismo que vem chamando atenção na Amazônia é o de pesca esportiva, notadamente no Baixo Rio Branco. Qualquer atividade turística desenvolvida nessa região deve ser monitorada haja vista os efeitos ambientais, econômicos e sociais inerentes à tal atividade. Este trabalho tem como foco descrever os efeitos do turismo de pesca esportiva realizado no Baixo Rio Branco, Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR. Para tanto, foi realizada uma descrição da comunidade, juntamente com a identificação da diversidade do trabalho, antes e depois do turismo. Posteriormente, associou-se à qualificação e análise dos efeitos do turismo na percepção dos moradores. Como procedimento metodológico, recorreu-se à entrevista semiestruturada com 24 famílias e, também, observação, a qual ocorreu em três momentos durante os anos de 2017 e 2018. Identificaram-se efeitos positivos, com maior destaque para a geração de empregos temporários, os quais propiciaram a aquisição de bens e melhorias na infraestrutura. Percebeu-se, ainda, preocupação ambiental dos moradores locais em situações pontuais e não de longo prazo. Como efeitos negativos, percebeu-se que o turismo promoveu disputas e alterações nas relações entre as pessoas da comunidade, bem como acirrou o individualismo pela disputa econômica. Conclui-se que a atividade turística de pesca esportiva trouxe benefícios e aspectos negativos para a comunidade receptora. Contudo, registra-se que as desavenças por dinheiro passaram a abalar o espírito comunitário entre os moradores, despontando barreiras antes não visualizadas. Faz-se necessário, assim, repensar como mitigar os efeitos que agredem as dimensões ambiental e social.

Palavras-chave: Turismo. Efeitos. Conflitos. Pesca Esportiva.

ABSTRACT

Tourism has attracted many visitors who seek contact with nature. One of the types of tourism that has attracted attention in the Amazon is that of sport fishing, notably in the Lower Rio Branco. Any tourism activity developed in this region should be monitored considering the environmental, economic and social effects inherent in such activity. This work aims to describe the effects of sport fishing tourism in the Lower Rio Branco, Terra Preta Community, Caracaraí / RR. For this, a description of the community was carried out, together with the identification of the diversity of work, before and after tourism. Subsequently, it was associated with the qualification and analysis of the effects of tourism on the perception of the residents. As a methodological procedure, a semi-structured interview with 24 families was used as well as an observation, which occurred in three moments during the years 2017 and 2018. Positive effects were identified, with more emphasis on the generation of temporary jobs, the which led to the acquisition of goods and improvements in infrastructure. It was also perceived environmental concern of local residents in specific situations and not in the long term. As a negative effect, it was perceived that tourism promoted disputes and alterations in the relations between the people of the community, as well as intensified the individualism by the economic dispute. It is concluded that the tourism activity of sport fishing has brought benefits and negative aspects to the receiving community. However, it is recorded that the disagreements for money began to shake the community spirit among the residents, setting off barriers previously unseen. It is necessary, therefore, to rethink how to mitigate the effects that attack the environmental and social dimensions.

Keywords: Tourism. Effects. Conflicts. Sport Fishing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Impactos negativos ao ambiente.....	34
Quadro 2 – Relação entre categorias, objetivos e bases teóricas.....	46
Quadro 3 – Lembranças do espaço físico da comunidade.	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta com representação das três partes formadoras da bacia hidrográfica do Rio Branco – RR.	39
Figura 2 – Localização no mapa da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.	41
Figura 3 – Trecho do Rio Xeruiní, Caracaraí/RR.....	52
Figura 4 – Prédio antigo da escola municipal de 1º grau Belizio Melo Sobrinho na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.	53
Figura 5 – Prédio atual da escola municipal de 1º grau Belizio Melo Sobrinho na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.	54
Figura 6 – Estrutura física para guardar equipamentos da Comunidade Terra Preta.	55
Figura 7 – Prédio do posto municipal de saúde na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.	56
Figura 8 – Exemplos de benfeitorias na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.....	57
Figura 9 – Disposição das casas as margens do Rio Xeruiní na comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.....	58
Figura 10 – Caminho para a Comunidade de Caicubí na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.	59
Figura 11 – Tipos de plantio na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.....	63
Figura 12 – Peixe pescado no Rio Xeruiní na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.....	65
Figura 13 – Animais silvestres domesticados na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.....	68
Figura 14 – Local de beneficiamento da madeira na Comunidade Terra Preta, Caracaraí/RR.....	69
Figura 15 – Uso do palmeira de ambé pelo moradores da comunidade.	71
Figura 16 – Frutas Típicas da região.....	72
Figura 17 – Pista de avião na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.....	75
Figura 18 – Delimitação no Rio Xeruiní do local de pesca das empresas atuantes na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, no ano de 2018.....	76
Figura 19 – Localização da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.	77

Figura 20 – Localização das cabanas flutuantes na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR.....	78
Figura 21 – Interior e exterior das cabanas flutuantes da empresa <i>River Plate</i>	79
Figura 22 – Interior e exterior acomodações da empresa <i>Xeruiní Sport Fishing</i>	80
Figura 23 – Diversidade do trabalho anterior à chegada do turismo na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR.	85
Figura 24 – Diversidade do trabalho após a chegada do turismo na comunidade de Terra Preta, Caracará/RR.....	86
Figura 25 – Imagem de satélite da Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR referente ao ano de 1969 (A) e referente ao ano de 2017 (B).....	87
Figura 26 – Artesanato produzido em Terra Preta, Caracará/RR.	89
Figura 27 – Utilização dos recursos naturais pela comunidade.	90

LISTA DE SIGLAS

CERR	Companhia Energética de Roraima
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEMARH	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IATA	Air Transport Association
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LABTEMA	Laboratório de Turismo Ecologia e Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do turismo
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNDPA	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
PVC	Policloreto de Vinila
SEPLAN	Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento
TPI	Terra Preta de Índio
UERR	Universidade Estadual de Roraima
WTTC	World Tourism Travel Council

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.2	CONCEITUANDO TURISMO E APRESENTANDO SEUS EFEITOS	17
1.2.1	Turismo: uma visão panorâmica	17
1.2.1.1	Turismo ecológico: fundante do ecoturismo	21
1.2.1.2	Turismo de pesca esportiva no Brasil.....	23
1.2.2	Efeitos do turismo	28
1.2.2.1	Efeitos econômicos	31
1.2.2.2	Efeitos ambientais do turismo	33
1.2.2.3	Efeitos sociais do turismo	35
2	OBJETIVOS	37
2.1	GERAL.....	37
2.2	ESPECÍFICOS.....	37
3	MATERIAL E MÉTODOS	38
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR	38
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	42
3.3	COLETA DE DADOS	43
3.4	DA ANÁLISE DE DADOS.....	44
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE TERRA PRETA	47
4.2	DIVERSIDADE DO TRABALHO.....	60
4.2.1	A roça	60
4.2.2	A pesca	64
4.2.3	A caça	67
4.3	CAPILARIDADE DO TURISMO DE PESCA NA COMUNIDADE DE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR	73
4.3.1	Mudanças ambientais e sociais provenientes da atividade turística	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103
	APÊNDICE 2: Roteiro da Entrevista Semiestruturada	104

1 INTRODUÇÃO

O homem, ao longo da história, movimentou-se pelas mais diversas finalidades, como lazer, descanso, recreação, profissão, e que fazem parte de uma atividade social chamada de turismo. Essa atividade é importante para qualquer economia, seja ela nacional, regional ou local, pois o deslocamento constante de pessoas aumenta o consumo, motiva a diversidade de produção de bens e serviços e possibilita o lucro e a geração de emprego e renda (FERREIRA, 2006).

Na década de 1990, o conceito de turismo enfatizava especialmente, os econômicos envolvidos na chegada, na permanência e na saída do turista (BARRETTO, 1995, p. 9). Ao longo do tempo, o conceito foi se ampliando em função da complexidade dessa atividade que abarca também outras questões tais como, sociais, culturais e ambientais.

Ao trazer à discussão questões ambientais e culturais, percebe-se que, na atividade turística, a necessidade, a preferência ou o desejo de não causar impactos ao meio se fazem presentes em uma população que é motivada por isso. Portanto, mesmo na atividade turística, tem-se de compreender a que público (tendências do comportamento do consumidor) a atividade turística é ofertada. Isso porque se podem encontrar variações a partir da faixa etária, do gênero, das finalidades do turista, dentre outros. Assim, independentemente das possíveis variantes que o turismo toma, faz-se necessário destacar a importância de seus efeitos, sejam eles positivos ou negativos.

Nesse sentido, tem-se um público que se volta ao ecoturismo, o qual se traduz pelo turismo baseado na natureza (WEILER; DAVIS, 1993) que afeta negativamente os recursos naturais e culturais, mas em menor grau se comparado ao turismo tradicional (WILLIAMS, 1992), apresentando, em seu escopo, o aspecto educacional (MOWFORTH, 1993).

Nessa categoria, está o turismo de pesca esportiva, ou seja, uma atividade de turismo que tem o desporto ou o lazer como foco, e não a sobrevivência (BRASIL, 2010). Desta forma, mesmo tendo a intenção de lazer, o turismo de pesca esportiva requer atenção de ações governamentais por envolver o meio, tendo importantes impactos, como o manejo de peixes (BRASIL, 2010).

O Brasil é um país procurado por turistas, dentre outras razões, pelas belezas naturais e paisagens diversificadas dos estados brasileiros, que se configuram como fatores que influenciam o turismo internacional e nacional. No entanto, as dimensões do país (tamanho continental) e a falta de infraestrutura física interligada, em algumas regiões, como a Amazônia, por exemplo, são aspectos que podem desencadear a não escolha de realizar turismo na região.

Conquanto, nas últimas décadas, a região amazônica vem apresentando crescimento do turismo. Essa afirmação encontra sustento em dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2014), nos quais se destacam as potencialidades que a região apresenta para o aproveitamento do ecoturismo. Assim, no Estado de Amazonas, por exemplo, houve amplo investimento, por parte do governo, nessa modalidade de turismo.

Entretanto, nem apenas de florestas é constituída, uma vez que há uma riqueza traduzida na vazão de todos os seus rios (a vazão do Amazonas corresponde a 20% da vazão conjunta de todos os rios da terra). Essa região possui, ainda, a maior bacia hidrográfica do mundo, tendo seu rio, o Amazonas, desaguando no Oceano Atlântico; por essa riqueza hidrográfica, a Amazônia tem atraído cada vez mais turistas (BRASIL, 2010), inclusive para praticar a pesca esportiva.

O Estado de Roraima faz parte da região amazônica que, de acordo com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (RORAIMA, 2009), tem uma vocação natural para o ecoturismo motivada pela grande riqueza natural do lugar, sendo destacada a existência de diferentes ecossistemas, como savanas (lavrados¹), campinaranas² e florestas.

A Amazônia roraimense conta com rios caudalosos, com destaque para a região do Baixo Rio Branco que oferece o turismo de pesca esportiva em meio à floresta tropical (RORAIMA, 2009). A mesma fonte indica, ainda, que no Rio Branco habitam 320 espécies de peixes, das quais as principais são:

Pacú (*Mylleus spp.*), Tucunaré (*Cichla*), Surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), Matrinxã (*Bricon spp.*), Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Acara (*Pterophyllum*), Mandi (*Pimelodus pohli*), Cachorra (*Hydrolycus scomberoides*), Piranha caju (*Pygocentrus nattereri*), Traira (*Hoplias malabaricus*), Piraibas (*Brachyplatystoma filamentosum*) e Aruanã (*Osteoglossum bicirrhossum*) (RORAIMA, 2009, p. 54).

¹ Denominação regional.

² Refere-se a um tipo de vegetação encontrada na Amazônia.

Um dos tributários³ da bacia do Rio Branco e da bacia do Rio Negro é o Rio Xeruiní, que a Comunidade de Terra Preta, em Caracaraí, está localizada às suas margens. Por ter essa localização geográfica a Comunidade Terra Preta passou a desenvolver o turismo de pesca.

Essa atividade é explorada como empreendimento pelas empresas *River Plate* e *Xeruiní Sport Fishing*. A primeira empresa possui sede registrada na cidade de Manaus, no Amazonas (AM), e o percentual do seu capital corresponde ao investimento externo, enquanto a segunda está registrada na cidade de Caracaraí, em Roraima.

Tem-se que a atividade turística é complexa e rica no sentido de articular inúmeros atores, porquanto dinamiza não apenas organizações, mas também comunidades que residem ao entorno da área de turismo, impulsionando, positivamente, os aspectos econômicos, sociais e ambientais (SCHEYVENS, 1999; OMT, 2003; VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Todavia, aspectos negativos também se apresentam e minam a atividade turística (RUSCHMANN, 1997), a qual tem por finalidade expandir a cultura regional, gerar renda, otimizar recursos, desde financeiros a culturais, e, assim, oportunizar a criação e a manutenção de espaços (REZENDE, 2008). Esses efeitos, negativos e positivos, estão presentes em todas as atividades turísticas existentes pelo mundo, cabendo ao indivíduo e ao Estado repensarem sobre essas consequências já que elas se mostram duais, ou seja, sob lógicas positivas e negativas. Destarte, torna-se relevante e importante mensurar os efeitos positivos e negativos a partir da atividade turística que, nesse estudo, centramos na pesca esportiva.

É sob essa lógica que esse estudo responderá as seguintes questões de pesquisa: quais os efeitos do turismo de pesca esportiva? Desta feita, os efeitos provenientes dessa atividade, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, seriam positivos ou negativos à luz da percepção da comunidade?

Além de responder as perguntas anteriores esse estudo é relevante uma vez que se trata de uma região que possui a maior bacia hidrográfica do mundo, concentrando 1/3 das espécies existentes em seu bioma. A partir dessa

³ Afluente ou tributário são os rios e cursos de água menores que deságuam em rios principais. Um afluente não flui diretamente para um oceano, mar ou lago. Os afluentes e o rio principal servem para drenar uma determinada bacia hidrográfica; ao ponto de junção entre um rio e um afluente é dado o nome de confluência.

biodiversidade, é fundamental realizar estudos que possam avaliar os impactos positivos e negativos do turismo nessa região, em especial o de pesca esportiva, foco deste estudo.

Além disso, essa pesquisa proporciona um panorama específico sobre a pesca esportiva, sendo essa uma atividade que foi reconhecida e certificada, no ano de 2018, pelo Ministério do Esporte como atividade desportiva. Neste sentido, isso significa falar em possibilidades mais amplas e profundas em termos de recursos públicos, patrocínios e incentivos fiscais federais, além da consolidação de uma consciência ambiental dos partícipes dessa atividade (CBPE, 2018).

Quanto à estrutura desse estudo, ele está composto de cinco capítulos, sendo essa a introdução, na qual se apresenta o tema e o problema de pesquisa, referencial teórico explicitando os temas que abrangem essa discussão, a saber: o conceito de turismo e seus efeitos e o turismo de pesca esportiva no Brasil e na Amazônia assim como sua relevância. No segundo capítulo temos os objetivos. No terceiro capítulo temos materiais e métodos e no quarto capítulo temos os resultados e a discussão; na sequência, as considerações finais seguidas das referências.

1.2 CONCEITUANDO TURISMO E APRESENTANDO SEUS EFEITOS

A seguir é apresentada uma visão panorâmica acerca dos conceitos, efeitos e tipos do turismo dando-se ênfase ao turismo de pesca esportiva. É traçado também, o percurso teórico que o pesquisador utilizou neste estudo.

1.2.1 Turismo: uma visão panorâmica

A atividade de viajar não é recente na humanidade, pois desde os primórdios da sociedade o homem viaja, seja por motivos econômicos, políticos, sociais, culturais ou esportivos. Um exemplo de tal fato aconteceu no Egito, onde os egípcios construíram, na data de aproximadamente 2.700 a.C., sofisticados sarcófagos dentro de pirâmides e tais construções atraíram muitas pessoas, algumas por curiosidade, outras por diversão e religiosidade (DIAS, 2003).

Outro exemplo está na Grécia antiga, onde existem relatos de grande circulação de pessoas, em meados do ano 800 a.C., atraídas pelos Jogos Olímpicos realizados em Olímpia.

Acorriam para esses jogos milhares de pessoas, que vinham de lugares conhecidos hoje como Espanha e Ucrânia; acredita-se que alguns jogos tenham atraído até 200.000 pessoas, quando a principal cidade grega, na época Atenas, possuía 250.000 habitantes (DIAS, 2003, p. 42).

Essa viagens passaram a ser denominada de turismo em determinado momento histórico. Dentre os vários fatos sobre o movimento do turismo, o de maior importância foi o surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra. Nesse período de industrialização e urbanização, foram estipuladas as horas de trabalho limitadas e, juntamente, foram criadas as férias; com isso, o tempo ocioso das pessoas começou a ter valor econômico, uma vez que, até o momento, não existia tempo livre como se tem nos dias atuais (SALGUEIRO, 2002).

Assim, somado as novas configurações de trabalho com o avanço dos transportes, aconteceu a viagem organizada por Thomas Cook na Inglaterra, viagem que foi crucial para o turismo conhecido atualmente, inovando na definição de turismo por meio da disponibilização de opções aos viajantes, tais como traslado, acomodação e atividades ocupacionais, as quais foram copiadas e utilizadas em todo o mundo desde então (DIAS, 2003).

Segundo Tosqui (2007), a palavra turismo vem do latim *tornare* e do grego *tornos*, que significa movimento em torno de algum eixo central ou ponto, e envolve a migração temporária de pessoas, seja a negócios ou a lazer, gerando impactos sociais, culturais e ecológicos. Turismo, desta forma, pode ser definido “como atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008, p. 1).

Para Nodari (2007, p. 19), a Organização Mundial do Turismo define o turismo da seguinte maneira:

deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivados por razões não-econômicas. Em 1994 esta definição sofreu aperfeiçoamento, passando para: o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo por prazer, negócios ou outros fins.

A legislação pertinente ao turismo e sua definição atual foram construídas no século XX, tendo a Organização Mundial do Turismo como a principal agência com o intuito de promover o turismo na esfera mundial. Além da definição atual da atividade turística, surgiu a discussão sobre a preservação ambiental e a preocupação com a

preservação dos recursos naturais para as sociedades futuras, bem como a busca de políticas públicas destinadas a limitar a exploração abusiva dos recursos naturais, juntamente com a intenção de conscientizar a população sobre o seu papel na preservação ambiental.

O trabalho de Dias (2003) esclarece a questão histórica do turismo, além de afirmar sua execução a centenas de anos no mundo; contudo, algo que o autor não esclarece é a legislação de tal atividade. E buscando na literatura informações a respeito da legislação internacional do turismo, foi encontrada a Organização Mundial do Turismo que tem como objetivo promover e desenvolver o turismo em busca da expansão econômica de maneira sustentável e inclusiva em um espírito de cooperação. A Organização Mundial do Turismo (OMT) teve sua origem no ano de 1925 quando consistia em uma organização não governamental, mas no ano de 2003 foi convertida em uma agência especializada das Nações Unidas (SANTOS; BRANT; BRANT, 2017).

O turismo como atividade econômica rentável se destacou no comércio internacional impulsionando a criação da OMT, *World Tourism Travel Council* (WTTC) e *Internacional Air Transport Association* (IATA). Entretanto, todas as organizações funcionam apenas como agências de fomento ao turismo por meio de parcerias e acordos entre os países parceiros, porém nenhuma das organizações implementa qualquer lei de maneira autônoma, deixando tal função para cada país.

A atividade turística tem mostrado crescimento econômico na esfera mundial, bem como no Brasil. No ano de 2004, o turismo no Brasil mostrou um crescimento expressivo, atingindo 4,1 milhões de turistas e movimentando uma receita de 3,45 bilhões de dólares. A atividade turística pode ser compreendida, então, como um sistema composto por três grandes conjuntos: “conjunto de relações ambientais”, “conjunto da organização estrutural” e “conjunto das ações operacionais” (GOMES; ROMANIELLO; SILVA, 2006).

O turismo passa além do sistema econômico, ressignificando as relações capitalísticas e os valores da patrimonialização cultural ao abarcar o processo humano (BENI; MOESCH, 2017). Os autores trazem à discussão a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural e a riqueza das trocas, não apenas econômicas, entre visitantes e visitados.

Neste sentido, discussões sobre antropologia do turismo se fazem necessárias (GRUNEWALD, 2011), assim como reflexões que envolvam partilhas ou

relações de trocas de recursos tangíveis ou intangíveis por compensação, também, no turismo (BELK, 2007), uma vez que tratam de questões funcionais e de sobrevivência. Além disso, o fenômeno do turismo ainda pode ser analisado a partir da Geografia, da História, da Gestão e da Sociologia, traduzindo seu caráter interdisciplinar.

Destarte, essa leitura multidisciplinar do Turismo apresenta alguns pontos em comuns tomados pelas ciências (BRITO, 2017):

1. o turismo é um fenômeno humano, caracteristicamente social, que pressupõe deslocação temporária e limitada no tempo, sem que se verifique transferência do local de residência;
2. a deslocação é efetuada por razões motivacionais, podendo ser diversa a origem da motivação desde que não de âmbito econômico;
3. pressupõe, no viajante, a descoberta de elementos socioculturais diversos do seu quadro de referência de origem, podendo verificar processos de aculturação;
4. traduz-se na relação entre o visitante e o meio natural; e,
5. é uma atividade que pressupõe uma relação entre a produção e o consumo, com a conseqüente troca entre quem visita e quem recebe.

Percebe-se que, mesmo tendo como pano de fundo a questão social, tem-se o aspecto do consumo subsidiando a troca. Nesse estudo, toma-se a definição de turismo, na qual se realizam atividades por pessoas físicas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a 1 ano (BRASIL, 2008), sendo que essas atividades, cujas finalidades estão entre lazer ou negócios, produzem efeitos não apenas aos visitados, mas ao ambiente como um todo.

Desta forma, considera-se que na literatura há várias tipologias de turismo. Contudo, na consecução do objetivo desse estudo, o foco do trabalho repousa no turismo ecológico, o qual é definido como um turismo ambientalmente responsável a áreas naturais relativamente intactas para desfrutar e apreciar a natureza (e quaisquer características culturais que acompanham, tanto passado quanto presente), promovendo a conservação, tendo baixo impacto gerado pelos visitantes e apresentando efeito econômico às populações locais (CEBALLOS-LASCURAIN, 1996).

Dado que o turismo de pesca esportiva corresponde a uma das ramificações do turismo ecológico ou do inicialmente do conhecido ecoturismo este item será trabalhado a seguir.

1.2.1.1 Turismo ecológico: fundante do ecoturismo

O conceito do turismo ecológico está ligado ao termo ecologia, palavra essa associada às relações entre os seres vivos; no caso da atividade turística, a palavra representa a relação entre o turista com os seres vivos do ambiente que o mesmo está visitando. O turismo ecológico, então, tem ligação direta com a natureza e promulga o respeito e a preservação do equilíbrio do meio, estimulando a educação ambiental motivada pela grande preocupação humana na preservação ambiental.

Sendo assim, o ambiente, os seres vivos e, ainda, os receptores são considerados recursos, os quais devem ser desenvolvidos de forma “ordenada e planejada, para que possam ‘ser vistos e apreciados’ adequadamente e que garanta sua originalidade e conseqüente atratividade para as gerações futuras” (RUSCHMANN, 2000, p. 82).

Já na década de 1990, propunha-se que o turismo era constituído de subsistemas, dentre os quais o subsistema ecológico, que tinha como elemento a contemplação e o contato com a natureza, sendo esta a matéria-prima do turismo. Quanto às variáveis do subsistema ecológico envolvidas, tinha-se: a) espaço turístico natural e urbano, e sua planificação territorial; b) atrativos turísticos; e, c) conseqüências do turismo sobre o ambiente e a preservação da flora, fauna e paisagens (BENI, 1990). A proposta do autor era apresentar um sistema integrado sob o fenômeno do Turismo (SISTUR), no qual se contemplava a complexidade do fato envolvendo todas as variáveis.

Isso demonstra que tanto a proteção à natureza, quanto a responsabilidade social estão presentes no turismo ecológico (RUSCHMANN, 1997). Essa mudança de pensamento que se volta à manutenção, ao respeito e às possibilidades de interação homem e natureza veio, ao longo do tempo, consolidando-se. Desta forma, seguindo a disposição mundial de valorizar o meio o ambiente, no Brasil o termo ecoturismo foi incluído na década de 1980, por meio do projeto “*turismo ecológico*”, que perdurou até 1994, ano em que o termo passou a ser definido da seguinte maneira:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p. 9).

Segundo a revista de ecoturismo, o conceito pode ser descrito como modalidade da atividade turística que emprega, de maneira sustentável, o patrimônio cultural e natural, incentivando sua preservação e estimulando a formação da consciência ambientalista do turista e da população do local. Ainda, é um

segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2004, p. 1).

Para a Sociedade de Ecoturismo, a definição mais adequada para este ramo do turismo é a seguinte: “viagens responsáveis a áreas naturais, visando preservar o ambiente e promover o bem-estar da população local” (RUSCHMANN, 2000, p. 84).

Como já mencionado, iniciou-se o uso de ecoturismo, ao invés de turismo ecológico, na década de 1980, assim como o uso de outros termos: turismo verde, turismo na natureza, turismo sustentado. Na verdade, tem-se um portfólio de termos que, muitas vezes, são usados com sentidos sobrepostos (RECK, 1992). A The International Sociedade de Ecoturismo (TIES) define ecoturismo como uma viagem para destinos naturais, com mínimo impacto ambiental, alta conscientização, benefícios financeiros diretos à conservação, criação de benefícios financeiros e empoderamento para a população local, respeito à cultura local e apoio aos direitos humanos e aos movimentos democráticos (HONEY, 2008).

Outrossim, temos um turismo voltada à natureza ou baseado nessa ou, ainda, na natureza (PIRES, 1998), tendo a atividade turística aspectos fundamentais, a saber: sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, bem como o aspecto educativo e a participação da comunidade local (MONFORTH, 1993); esses aspectos cunham o termo Ecoturismo.

Mesmo não tendo uma conceituação comum sobre o ecoturismo, esse estudo toma a definição de Ceballos-Lascuráin (1996) que considera que o ecoturismo está contido no turismo baseado na natureza (*nature-based tourism*), à medida que esse significa todo tipo de turismo diretamente dependente do uso de recursos naturais com baixo impacto (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Neste sentido, o escopo do ecoturismo subsidia-se por motivações conservacionistas (BRASIL, 2010), sendo a pesca esportiva um de seus exemplos. No Brasil, o turismo é administrado pelo Ministério do Turismo que segmenta o turismo em algumas modalidades, tendo como destaque, para esse trabalho, a modalidade do turismo de pesca, que tem sua legislação fundamentada no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que regia a Lei de Pesca (SANTOS; BRANT; BRANT, 2017).

1.2.1.2 Turismo de pesca esportiva no Brasil

Dentre as modalidades turísticas que vêm ganhando destaque, é a pesca esportiva que, a cada dia, tem atraído muitos turistas de todos os locais do mundo. No Brasil, o primeiro documento referente à pesca foi o Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846 (revogado), que tinha o intuito de regular a permissão da pesca e catalogar barcos utilizados na mesma (BRASIL, 2008).

O conceito de pesca, no Brasil, só foi descrito no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, o qual define pesca como ato de capturar ou extrair animais ou vegetais que tenham na água seu meio de vida. Segundo Albano e Vasconcelos (2013), tem-se estimativa de que, no mundo, existem cerca de 730 milhões de praticantes de pesca esportiva, representando 11,5% da população mundial, sendo a atividade realizada, geralmente, em locais isolados com água doce. A definição de turismo de pesca, consoante o Ministério do Turismo, corresponde a atividades que são realizadas na incumbência do processo de pesca amadora: funcionamento, transporte, recreação, eventos e atividades complementares.

Para se compreender mais amplamente o conceito de turismo de pesca, faz-se necessária a compreensão da definição de pesca que, de acordo com o (BRASIL, 2010, p. 14), é “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”. Ainda, no estudo de Silva e Lima (2014-2015) é descrito o turismo de pesca como movimentos turísticos que acontecem em determinados territórios motivados pela presença de espécies singulares de peixes; em outras palavras: a definição do turismo de pesca é o deslocamento de pessoas atraídas pelo ato de pescar.

No Manual de Turismo de Pesca: orientações básicas, elaborado pelo (BRASIL, 2010), o turismo de pesca é definido como “atividades turísticas decorrentes

da prática da pesca amadora”. Porém, o autor ressalta que, para a compreensão do termo, faz-se necessário o esclarecimento dos termos “pesca amadora” e “atividades turísticas”. Assim, de acordo como a Lei nº 11.959/2009, pesca amadora é aquela praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto.

Portanto, com as informações coletadas na literatura, pode-se afirmar que a atividade de pesca turística tem atraído diversos turistas que buscam a atividade da pesca como opção de lazer, sendo tal atividade realizada em águas continentais e litorâneas.

No Brasil, a legislação do turismo de pesca foi regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 447 de 1846 (revogado), que tinha o intuito de regular a permissão de pesca. No entanto, foi no ano de 1967 que a atividade de pesca foi conceituada e regulamentada no Brasil pelo Decreto Lei nº 221, onde é definida a pesca comercial, desportiva, científica e amadora.

Em 2009 foi promulgada a Lei nº 11.959 que corresponde à Política Nacional de Desenvolvimento, a qual define no capítulo 1, que:

- I. o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes em harmonia com a preservação e a conservação do ambiente e da biodiversidade;
- II. o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;
- III. a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos; e,
- IV. o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, assim como de suas comunidades.

Em continuidade ao marco legal sobre a pesca na esfera nacional, existe o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) que estabelece a devolução do peixe com vida a todas as pessoas que dependem da manutenção da pesca esportiva, como preservação de lazer ou emprego.

No Brasil, a região amazônica tem grande destaque no turismo na modalidade de pesca esportiva. De acordo com o Ministério do Turismo, a atividade turística na Amazônia é realizada tendo como base a Amazônia Legal, que corresponde a 61%

do território brasileiro, espaço este que coincide com o bioma amazônico, além de compor 20% do bioma do cerrado e parte do pantanal.

Desta maneira, relacionado à legislação referente à pesca esportiva nos estados amazônicos, nas esferas estadual e municipal, cada Estado tem sua regulamentação definida, como é o caso do Estado de Roraima que aprovou as seguintes leis: Lei nº 516, de 10 de janeiro de 2006, e a portaria Normativa FEMARH nº 1, de 06 de dezembro de 2011, que regulamentam a pesca esportiva no Estado, além de medidas para preservação da fauna e flora.

Outra medida que a legislação vigente busca é o estímulo ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, um fato observado em 2018, segundo a empresa estadual de turismo do Estado do Amazonas (Amazonastur), foi a expectativa que cerca de US\$ 4 milhões fossem injetados na economia local somente com os turistas que visitariam a região para a pesca, sendo o americano⁴ o principal turista a visitar o Estado de Roraima, com uma representatividade de 95% do quantitativo total de turistas que visitam o Estado (BRASIL, 2010).

Barreto e Tamanini (2002) confirmam o desenvolvimento econômico que a atividade de pesca traz para locais carentes de infraestrutura e renda, mas, em contrapartida, também é revelado o risco com as quantidades de estoques de peixes, bem como com a saúde destes peixes que sofrem um stress pelo contato com o turista

Foi pensando nesses efeitos que o Governo Federal brasileiro tem realizado medidas visando promulgar e fiscalizar as atividades turísticas por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) com aplicabilidade de 2018 a 2022, sendo um programa do Ministério do Turismo com o intuito de reestruturação dos destinos turísticos brasileiros pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, contando com as parcerias de estados e municípios.

Foi no ano de 2008 que foi criado no Brasil uma lei específica para o turismo de pesca, a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a qual está orientada pelo Plano Nacional do Turismo. No âmbito estadual, cada Estado tem autonomia para regulamentar e fiscalizar tais atividades turísticas; como exemplo, no Amazonas tem-se o Decreto nº 39.125, de 14 de junho de 2018, que regulamenta a pesca amadora no Estado, enquanto o Estado vizinho Roraima, sancionou em 10 de janeiro de 2006,

⁴ Termo local utilizado para conceituar o turista oriundo dos Estados Unidos da América.

a Lei nº 516, a qual dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna local.

Em outras palavras, a legislação da modalidade turística da pesca esportiva tem uma lei nacional que regulamenta a atividade em todo o território, mas cada unidade federativa tem jurisdição para criar legislação que promova e fiscalize a pesca esportiva desde que não venha a ferir a lei nacional (BRASIL, 2008).

Segundo a Portaria nº 4, de 10 de março, do IBAMA, a pesca esportiva é uma modalidade de pesca amadora em todo o território, sendo que no artigo 2º se estabelece o seguinte:

- I. Pesca Amadora – aquela praticada por brasileiros ou estrangeiros com a finalidade de lazer, turismo e desporto, sem finalidade comercial; e,
- II. Pesca Esportiva – modalidade de pesca por brasileiros em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo verdadeiro o direito à cota de transporte de pescadores, prevista na legislação.

Assim, a pesca esportiva é uma modalidade de pesca amadora, sendo definida como captura de peixes em busca do lazer.

Com o crescimento da pesca no Brasil, tem-se realizado vários estudos para avaliar os impactos da atividade. Na economia, a atividade se mostra benéfica por criar empregos e gerar renda, mas não gera desenvolvimento físico do local, limitando-se apenas à exploração da fauna e flora (VITÓRIO, 2014). Segundo Albano e Vasconcelos (2013), a atividade de pesca esportiva no Brasil proporciona renda para muitas famílias, além de realizar um impacto menor à fauna em relação à pesca comercial. No entanto, se a captura de peixes for maior que o sustentável, poderá comprometer o tamanho e a abundância das populações de peixes.

Neste sentido, qualquer que seja a modalidade do turismo, sabe-se que tem um importante papel no planejamento ambiental, pois envolve diferentes operações: viagem, planejamento, transporte, hospedagem, entretenimento e alimentação para atender os viajantes (ALBANO; VASCONCELOS, 2013).

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 48-50), destaca alguns aspectos fundamentais para que essas atividades turísticas sejam executadas com equilíbrio ambiental e sustentabilidade, tais como:

- a) Atrativos e paisagem – existência de áreas naturais ricas em corpos d'água conservados e de elementos culturais da região;

- b) Meios de acesso – relacionado à presença de piers, atracadouros e embarcadouros;
- c) Operação e agenciamento turístico – serviços de operação de viagens, excursões, organização, contratação e execução de programas ou itinerários, além de recepção e assistência ao turista;
- d) Recepção e condução – guias e condutores de turismo especializados no segmento e conhecedores dos pontos de pesca, responsáveis por acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos;
- e) Eventos – competições de pesca, festas, encontros relacionados ao tema;
- f) Sistemas de transportes – os meios de transporte para os locais de pesca podem ser lanchas, voadeiras, entre outros. Durante a sua permanência, contudo, podem utilizar serviços de receptivo para fazer roteiros turísticos agregando valor ao produto de Turismo de Pesca. Nesse caso, utilizam-se vans, jipes, helicópteros, etc.;
- g) Meios de hospedagem – o turista de pesca utiliza os meios de hospedagem convencionais, contudo, pela natureza da atividade, prefere meios de hospedagem especializados, como pousadas adaptadas para atender à demanda desse tipo de turista, barcos-hotéis e acampamentos. Estes devem ofertar serviços e produtos diferenciados, tais como: iscas e utensílios de pesca, botes motorizados, câmaras frigoríficas, condutores experientes, refeições com pratos típicos regionais, além daqueles feitos com peixes capturados. Qualquer meio de hospedagem utilizado deve ter segurança, conforto, comodidade, higiene e qualidade no atendimento;
- h) Serviços de alimentação – são diversos e podem ser oferecidos em restaurantes, lanchonetes, nos barcos-hotéis e outros. Deve-se levar em conta a gastronomia regional, a tematização do ambiente conforme a cultura local, a qualidade, incluindo a higiene na manipulação de alimentos;
- i) Serviços de informação – são muito importantes e devem ser feitos por profissionais capacitados que tenham, inclusive, informações gerais sobre a legislação, localidade, comportamento do peixe, atrações turísticas e atividades do segmento. Os materiais de informação são sítios eletrônicos, folders, mapas e outros ilustrativos de boa qualidade e atrativos com imagens que correspondam à realidade e conteúdo em outros idiomas;
- j) Fornecedores de material para pesca – iscas, varas, molinetes etc., disponibilizados nos centros urbanos localizados na área de influência dos locais de pesca, ou nos próprios meios de hospedagem e recepção dos turistas;
- k) Guia de Turismo – é o profissional que, devidamente cadastrado no Ministério do Turismo (MTUR), exerce atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. A Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, regula o exercício da profissão e é obrigatório seu cadastro junto ao MTUR, por meio do sítio eletrônico <http://www.cadastur.turismo.gov.br>;
- l) Condutores de turismo – são pessoas físicas que conduzem e orientam o turista em passeios e visitas realizadas no interior de determinado atrativo ou empreendimento turístico localizado: na selva amazônica, pantanal, parques nacionais, ou outros locais de equilíbrio ambiental; em dunas, cavernas ou outros atrativos ecológicos específicos; em locais de atrativos náuticos; em empreendimento considerado de valor histórico e artístico, pelas autoridades governamentais competentes;
- m) Tanto os guias quanto os condutores devem ser profissionais capacitados e especializados. Como parte da demanda de pesca é de estrangeiros, o guia intérprete é fundamental. Os serviços de guias e condutores também devem ser fornecidos junto às agências de receptivo e aos Centros de Informações Turísticas. É importante ressaltar que esses profissionais devem ser incentivados a participar constantemente de reciclagens e cursos de aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

Observa-se a complexidade que assumem os fatores elencados acima, bem como a delicada articulação que deve ocorrer para uma experiência única aos turistas, uma vez que os preceitos da sustentabilidade precisam estar em harmonia com pensamentos e práticas conservacionistas sustentadas também em normas que deem suporte a visão holística da natureza.

De fato, há vários fatores envolvidos nesse tipo de atividade turística, destacando-se que as motivações dos turistas desse segmento assentam-se no conservacionismo, na sustentabilidade, no aspecto educativo e na participação da comunidade local (MONFORTH, 1993), embora nem sempre sejam colocadas em prática.

Isso porque o turismo é uma atividade multifacetada, uma vez que se tem leituras que podem se fazer a partir de diversas ópticas: social, antropológica, cultural, psicológica e ambiental. Portanto, os efeitos também se diversificam e podem ser positivos ou negativos, sendo passíveis de análise sob as perspectivas econômica, social e ambiental – a seguir, são abordados esses efeitos.

1.2.2 Efeitos do turismo

Inicia-se esse item retomando uma das características do turismo, qual seja: a da movimentação de pessoas. Esse dinamismo originado pelas pessoas no turismo implica em efeitos e, primeiramente, vai se conceituar o que seja isso. A palavra efeito tem sido muito utilizada por vários meios de comunicação, mesmo sem haver um significado preciso, sendo que, erroneamente, tem-se associado sua definição para uma tendência negativa, esquecendo a ocorrência do efeito positivo. No turismo, os efeitos podem ser econômicos, ambientais e sociais. Conforme afirmação de Vasconcelos e Coriolano (2008, p. 262):

se o homem muda o curso de um rio, provoca um impacto ligado mais a natureza com resultados à sociedade. Se uma comunidade recebe turistas em maior proporção que o número de habitantes, causa impacto mais na sociedade, mas com rebatimentos na natureza. Daí, porque natureza e sociedade podem ser vistas como uma unidade, a separação é apenas para estudos.

Segundo a OMT (2003), a atividade turística gera várias consequências negativas, como poluição da água, poluição sonora, poluição da paisagem por conta

do lixo, desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem. Todavia, quando é bem planejada, executada e gerenciada pode gerar preservação do ambiente e valorização da cultura, assim como impulsionar a economia do local.

Contudo, foi somente na Conferência de Estocolmo, em 1972, que as políticas públicas voltadas para o ambiente começaram a receber algum crédito, além de se ter definido que a sociedade é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as hipóteses de sobrevivência das gerações futuras, pelo fato de ser uma sociedade sustentável (PASSOS, 2009).

O turismo é um tema multidisciplinar, não apenas sob as perspectivas econômica, social e ambiental, mas por apresentar classificação a partir de suas finalidades. Dentre essas, pode-se ter o turismo de: lazer, sol e praia, ecológico, aventura, religioso, saúde, rural e eventos (GANDARA *et al.*, 2006).

Brito (2017), neste sentido, sinaliza a evolução da prática turística que se assenta na perspectiva alternativa em que o foco reside na personalização, ao invés de padronização, e no individual (ou de pequenos grupos), ao invés da massificação. A autora também pontua que outras práticas complementares e, até mesmo, paralelas, impulsionaram o turismo de praia, o cultural, o termal, o religioso, o de natureza, dentre outros. Desta forma, embora a cultura seja uma das razões proeminentes para a continuação do turismo, temos distintas razões que formam escopos diferentes para as atividades turísticas, apresentando, ainda, o turismo de compras e de eventos (TOMAZZONI, 2008).

Contudo, Rezende (2008) afirma que a atividade turística é uma grande modificadora de paisagens e territórios por ser uma atividade capitalista e que precisa de planejamento. Atualmente, o turismo demonstra uma ideia enganosa de atividade sustentável que necessita do envolvimento participativo da comunidade, a qual é excluída por vários fatores, como por exemplo: não ser qualificada para o serviço ou não atender às necessidades culturais necessárias para o turista.

Ainda de acordo com Rezende (2008, p. 2),

turismo é atividade econômica que se apropria e produz espaços e territórios, num processo, diríamos, dialético, denominado relação sociedade-natureza. É uma atividade capitalista, que visa o lucro, na qual a exploração da natureza, do espaço e da força de trabalho é acentuada; caracteriza-se pela valoração, privatização e publicitação da natureza para uma atividade não produtiva, de prestação de serviço, voltada para fim de oferta de lazer e bem-estar.

A modificação de paisagens, a criação de espaços e a dialética estabelecida, conforme mencionadas acima, geram efeitos de intensidade, de natureza e de magnitudes diversas (RUSCHMANN, 2000). Esses efeitos são considerados pela OMT (2003), em uma polarização: efeitos positivos e negativos nos planos social e cultural.

Os impactos positivos, no âmbito cultural, abarcam a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como o aumento social do emprego com a oferta de empregos e novos postos de trabalho. Já quanto aos efeitos negativos, tem-se a aculturação e a imitação ao estabelecer a relação entre a comunidade receptora e a emissora, além de alterações na sociologia rural e urbana ao receber correntes turísticas massivas (OMT, 2003).

Além desses impactos, por meio do turismo é possível se ter um intercâmbio de ideias, de culturas e de percepções que podem colaborar na dispersão de preconceitos (LICKORISH, 2000). A possibilidade de preservação e de manutenção de habilidades artesanais da população receptora também se configura como um aspecto positivo do ponto de vista sociocultural (COOPER *et al.*, 2001).

Destarte, faz-se pertinente discutir os efeitos provenientes da atividade turística (RUSCHMANN, 1997; COOPER *et al.*, 2001; BARBOSA; FERREIRA; CASTELLÓN, 1997) que se revelam nos âmbitos econômico, ambiental e social. Nos três efeitos, tem-se duas lógicas estabelecidas, a saber: aspectos econômicos positivos e negativos (LAWSON; WILLIAMS; COSSENS, 1998; SCHEYVENS, 1999; COOPER *et al.*, 2001; CORIOLANO, 2006).

Já para o aspecto ambiental, discussões sobre os malefícios e benefícios da atividade turística vêm ganhando repercussão desde o século passado (SMITH, 1989; RUSCHMANN, 1997; DIAS, 2005).

No que tange aos efeitos positivos e negativos do aspecto social, esses são mais longínquos para a sua detecção (JENKINS; LICKORISH, 2000), uma vez que dependem das relações de contato entre turistas e comunidades, o que pode levar tempo para acontecer (CARDOSO, 2005). No entanto, isso não inviabiliza o empoderamento social por meio da atividade turística, como já mencionara Scheyvens (1999).

A seguir, apresentar-se-ão os efeitos econômicos, sociais e ambientais.

1.2.2.1 Efeitos econômicos

A atividade turística é caracterizada por determinados autores como uma atividade exclusivamente com fins capitalistas visando apenas o lucro (CORIOLANO, 2006). Em uma análise unilateral do turismo, a atividade induz à abertura de novos empreendimentos e à geração de empregos com a atração de novas pessoas para suprir a mão de obra da atividade turística e um maior consumo. O consumo, estimulado pela atividade turística, impulsiona melhorias na infraestrutura, melhora que pode ser observada na qualidade de vida do habitante que reside no local turístico; por outra vertente, é possível encontrar efeitos ambientais positivos que foram motivados pela infraestrutura construída com o desenvolvimento econômico.

O Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), em seu Relatório de Gestão (2017), expusera que o impacto no Produto Interno Bruto (PIB) seria de 3,7%, pautado na pesquisa do Conselho Mundial de Viagem e Turismo (World Travel & Tourism Council – WTTC), realizado em parceria com a Universidade de Oxford. Além disso, o conselho prevê um crescimento de 3,2% a.a até 2027. Ainda, o Relatório de Gestão da EMBRATUR (BRASIL, 2017), indica que 7 milhões de empregos seriam gerados no ano de 2017, e também projetou aumento para os próximos 10 anos, com investimentos na ordem de R\$ 62,5 bilhões.

Essas projeções ainda não foram avaliadas, mas se percebe o potencial do setor, o qual, também, teve alteração por meio da Lei nº 7425/2017, que propõe que a Embratur passe a ser “Agência Brasileira de Promoção do Turismo, serviço social autônomo, garantindo mais flexibilidade e agilidade na realização de ações, projetos e parcerias [...] e no momento adequado, as necessidades de promoção turística internacional do Brasil” (BRASIL, 2017, p. 24). Mesmo tendo o mercado internacional como foco, é pertinente trazermos essas informações, pois, indiretamente, ligam-se ao foco dessa pesquisa (frisa-se que essa lei foi aprovada no Congresso Nacional).

Na década de 2000, Cooper *et al.* (2001) já mencionavam que os gastos dos turistas refletiam apenas uma parte dos impactos econômicos. Desta forma, para que tivéssemos uma análise mais completa, seria pertinente levar em consideração: a) efeitos indiretos e induzidos, como compra de fornecedores e novos negócios abertos em função da renda do turismo; b) “vazamento” dos gastos locais, como a compra de produtos importados para suprir a necessidade dos turistas; e, c) deslocamento de

mão de obra e custos de oportunidade, como a atração de empregados de outros setores para trabalhar com o turismo.

Na década de 1990, os autores Lawson, Williams e Cossens (1998) já afirmavam alguns efeitos positivos do ponto de vista econômico, como: aumento do custo de vida e aumento do investimento externo, assim como geração de emprego na comunidade local. Scheyvens (1999) também afirma que os empreendimentos que se instalam em regiões turísticas só são bem sucedidos se a comunidade participar e desempenhar algum tipo de controle, de forma a colher os benefícios de forma equitativa.

A autora ainda apresenta, em seu estudo de caso, que deveria haver sinais de empoderamento dessa comunidade por meio de ganhos econômicos duradouros a ela; o dinheiro ganho, então, é compartilhado entre muitas famílias na comunidade, assim como melhorias deveriam ser visíveis, como saneamento básico e habitações, o que Araújo e Bramwell (1999) corroboram com a autora nesse aspecto. Entretanto, muitas vezes, vê-se sinais contrários ao fortalecimento econômico da comunidade local, a começar pelo parco volume de ganhos à comunidade, sendo que a maioria dos lucros se direciona a operadores externos, agências governamentais e/ou outros empreendimentos envolvidos na atividade turística (SCHEYVENS, 1999).

Neste sentido, traz-se à baila uma questão crucial do ponto de vista econômico, qual seja: a geração de empregos já mencionada anteriormente por alguns autores. Esses empregos, diretos ou indiretos, gerados na região pela atividade turística apresenta um fato: para conseguir altos postos de trabalho na atividade, a população local deve preencher requisitos para os quais não possui treinamento, escolaridade e habilidades necessárias; isso acaba por levar ao preenchimento desses postos de trabalho por pessoas de fora da comunidade, e a ela restando postos mais humildes que requerem pouca educação formal (WALPOLE; GOODWIN, 2000).

Como atividade do setor terciário (BOULLON, 1997; WALPOLE; GOODWIN, 2000) temos que o turismo se desenvolve em locais que têm a indústria primária, pesca e agricultura, como indústria de base. Desta forma, o turismo oferta serviços delineados para as necessidades próprias dos turistas, assim como bens e serviços de outros setores (BOULLON, 1997). Dessa forma, percebe-se que o turismo tem efeitos positivos, contudo isso será analisado na Comunidade Terra Preta.

A composição restringe a atuação da comunidade, geralmente, à atividade (produção e venda) de artesanatos, ou a atividades do setor terciário como passeios, transporte, restaurantes, pousadas, dentre outros (WALPOLE; GOODWIN, 2000).

1.2.2.2 Efeitos ambientais do turismo

A atividade turística está ligada em determinados aspectos com o meio natural, como ecoturismo, e logo nasce a preocupação com a natureza. Para tanto, por muito tempo, esses efeitos foram colocados em segundo plano, pois, como Fandé e Pereira (2014, p. 1171) afirmam, o turismo é conhecido como uma “indústria limpa”; no entanto, essa nomenclatura já foi utilizada, mais especificamente, com a expressão “indústria sem chaminés, limpa por excelência” (RIBEIRO; BARROS, 1997, p. 28). Essa conotação sobre o turismo é reflexo da perspectiva econômica, já que a atividade turística é terciária, pautando-se no consumo de serviços de transporte, alimentação e produção de artesanatos (BOULLON, 1997).

A indústria limpa pode e deve subsidiar os custos de conservação do ambiente, uma vez que os efeitos da atividade de turismo impactam em todo o meio e, desse, faz parte, a natureza (BELTRÃO, 2001). Outrossim, temos, também, a possibilidade de custeio da herança cultural, do fortalecimento da identidade cultural e de seu intercâmbio (DIAS, 2005).

Smith (1989) já ponderava, na década de 1980, que os aspectos positivos do turismo acerca do ambiente se consolidavam por meio da conscientização da necessidade de conservação da natureza, do estabelecimento de marcas ecológicas, da conscientização dos limites dos recursos globais e, ainda, do estabelecimento dos limites de uso de terras. Já quanto aos aspectos negativos, temos os custos de preservação, transformação de parques nacionais e zoológicos, perda das áreas selvagens, poluição e uso exagerado do habitat devido a ascensão do ecoturismo.

Portanto, percebe-se que da atividade turística derivam aspectos que impactam, intensamente, o ambiente. Essas colocações pontuadas pelo autor, no século XX, ainda persistem no momento atual, sendo que não foram tratadas, tampouco repensadas, a fim de amenizar o impacto negativo.

Além disso, tem-se outras situações que envolvem os próprios turistas que insistem em levar recordações físicas desses locais, como pedras, plantas, conchas,

dentre outros, gerando um impacto na natureza, além de outros efeitos que passam despercebidos, como o risco de desmoronamento. Exemplo disso é a cidade Inca de Machu Picchu, que a cada ano afunda um centímetro em virtude da movimentação anual de 300.000 turistas ao local, segundo informações de Dias (2003).

Além disso, outros impactos negativos do turismo sobre o ambiente podem ser vistos no Quadro 1 (RUSCHMANN, 1997).

Quadro 1 – Impactos negativos ao ambiente.

Impactos negativos ao ambiente
Acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, montanhas, rios e lagos
Uso de sabonetes e de detergentes pelos turistas, que contaminam as águas dos rios e lagos, comprometendo sua pureza e a vida dos peixes e da vegetação aquática
Contaminação das fontes e mananciais de água doce e do mar, perto dos alojamentos, provocada pelo lançamento de esgoto e lixo <i>in natura</i> nos rios e no oceano
Poluição sonora e ambiental provocadas pelos motores dos barcos e pelos geradores, que provêm energia elétrica para os <i>lodges</i> (alojamentos em áreas selvagens)
Coleta e quebra dos corais no mar e das estalactites e estagmites das grutas e cavernas para serem utilizados como <i>souvenirs</i>
Alteração da temperatura das cavernas e grutas, e o aparecimento de fungos nas rochas causados pelos sistemas de iluminação
Pintura e rasura nas rochas ao ar livre e dentro das cavernas e grutas, onde os turistas querem registrar a sua passagem
Coleta e destruição da vegetação nas margens das trilhas e nos caminhos da floresta
Erosão de encostas devido ao maltrato e falta de drenagem das trilhas
Alargamento e pisoteio da vegetação das trilhas e caminhos
Ruídos que assustam e provocam a fuga dos animais dos seus ninhos e refúgios: por exemplo, palmas, tiros, assobios, música, apitos, etc.
Os turistas alimentam os animais mais dóceis com produtos com conservantes que, constituindo uma dieta estranha à habitual, provocam doenças e até a sua morte
O lixo e abandono de restos de comida ao ar livre, que atraem insetos e provocam mau cheiro
Caça e pesca ilegais em locais e épocas proibidas
Desmatamento para a construção dos <i>lodges</i> e de equipamentos de apoio
Incêndio, nas áreas mais secas, provocados por fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros
Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos cuja arquitetura, material e estilo contrastam com o meio natural

Fonte: Adaptado de Ruschmann (1997).

Observa-se desta maneira que diversos são os impactos negativos do turismo quando não são desenvolvidas atividades mitigadoras e preventivas provenientes do turismo ao ambiente. Para prevenir impactos indesejáveis é necessária a articulação entre os atores das atividades turísticas, privados e públicos, respeitando a diversidade do ambiente no Brasil.

Portanto, faz-se imprescindível entender que o sinônimo de ambiente saudável é aquele em que é possível se viver com saúde e recursos suficientes para a nossa sobrevivência e a das próximas gerações – o que se denomina de sustentabilidade. Vai-se além da denominação, a qual possui aspecto legal garantido

pela Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988), em seu Art. 225 que assegura que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.

Destarte, no Art. 180 da CF (BRASIL, 1988) temos que a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país, ou seja, isso garante a atividade turística de forma parcimoniosa, com promoção, valorização e conservação do patrimônio natural. Mais uma vez, temos que a atividade turística deve acontecer de forma equilibrada com o intuito de desenvolver, promover, manter e conservar o patrimônio natural e cultural dos espaços turísticos, já que também temos um fenômeno social que é o turismo.

Contudo, tem-se uma contribuição gerando impacto positivo do turismo ao ambiente: a estruturação de áreas, programas e entidades, sejam essas governamentais ou não-governamentais, de proteção da fauna e flora (RUSCHMANN, 1997). Esses aspectos positivos vão ao encontro do que já sinalizava Smith (1989) acerca do estabelecimento de marcas ecológicas, parques e delimitação dos limites do uso da terra, bem como do que Beltrão (2001) afirmara quanto aos custos de conservação.

Portanto, não apenas de aspectos negativos se dá a interface da atividade turística e do ambiente, uma vez que temos a possibilidade de consolidar, por meio de atos legais, zonas de proteção ambiental, plano diretor e projetos e programas de preservação e, com isso, uma gama de conhecimentos e parcerias poderão ser estabelecidas a fim de manter a sustentabilidade da região indicada. Contudo, sabemos que os números de impactos negativos superam os positivos, mas é necessário repensar, em termos de Políticas Públicas, não apenas o ambiente sob a lógica do turismo, mas, também, sob a lógica educacional, pois perpassa os valores de uma sociedade, sendo possível tecer uma relação harmoniosa entre ambiente e turismo.

1.2.2.3 Efeitos sociais do turismo

Os impactos provenientes do turismo também refletem sob a perspectiva social. Poletti (2013) caracteriza o efeito social proveniente do turismo como *efeito demonstração*, no qual a comunidade do local turístico observa alguma ação ou bem de algum turista e deseja copiar, gerando um grande conflito social. A comunidade da atividade turística não é provida, financeiramente, para ter os mesmos itens de

consumo e nem vive em uma sociedade que tem os mesmos hábitos que se deseja copiar, ocasionando um impacto social.

Outrossim, pode ocorrer descaracterização das tradições e dos costumes das comunidades receptoras, gerando transformações nos mitos e ritos de forma a satisfazer os turistas (RUSCHMANN, 1997). Exemplo disso pode ocorrer a partir de vestimentas, que podem ser modificadas para o atendimento aos turistas; vemos, então, que é uma mudança amena, uma alteração sem muito peso, mas de uma mudança social profunda. Além disso, o tempo para verificar esses efeitos são mais longos, pois acontecem de forma sutil (JENKINS; LICKORISH, 2000), a começar pelo comportamento e relacionamento que são estabelecidos na comunidade em virtude do contato do habitante local com pessoas de fora (CARDOSO, 2005).

Scheyvens (1999) afirma, ainda, que pode haver o empoderamento social por meio da atividade turística uma vez que haja organização em grupos comunitários fortes, coesos e um senso de integridade. Esse empoderamento social pode ser subsidiado pelos lucros da atividade turística ao financiar projetos sociais. A autora ainda menciona que o aspecto positivo do empoderamento social é retroalimentado por meio de investimentos na própria comunidade, como melhorias de escolas e estradas; a coesão e a integração das famílias e dos indivíduos que trabalham juntos para construir empreendimentos turísticos familiares também reforça esse empoderamento social (SCHEYVENS, 1999). Outrossim, a atividade turística pode ser o elemento que garanta a manutenção de algumas tradições originais, as quais atraíam os turistas (JENKINS; LICKORISH, 2000).

Por envolver comportamentos e atitudes que, por vezes, acentuam-se por extremas diferenças, a perspectiva social apresenta maior complexidade no que se refere aos efeitos do turismo (PEARCE, 2001), sendo que a isso se soma seu caráter dual no que tange a efeitos positivos e negativos.

Dentre os efeitos negativos decorrentes do turismo, sob a perspectiva social, temos: a prostituição (adulta e infantil); o aumento de doenças; o aumento e a proliferação do consumo de drogas; o aumento da criminalidade; e, ainda, o desemprego (GAWORA, 2003). Scheyvens (1999) também menciona que pode haver decadência social a partir da divisão de grupos na comunidade, em que vai se perdendo o respeito pelas tradições e vai se acirrando uma competição entre indivíduos, famílias, grupos étnicos e socioeconômicos que não mais cooperam sob a lógica do coletivo, mas de ganhos individuais e comportamentos oportunistas.

2. OBJETIVOS

Visando responder os questionamentos provenientes das perguntas específicas, foram construídos os seguintes objetivos:

2.1 GERAL

Descrever os efeitos do turismo de pesca esportiva realizado na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar a Comunidade de Terra Preta;
- b) Identificar a diversidade do trabalho empreendido no ambiente e na Comunidade de Terra Preta, antes e depois do turismo;
- c) Qualificar os efeitos do turismo na unidade familiar e na comunidade.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A fim de compreender os objetos, os entes, os fatos e os fenômenos estabelecidos, a pesquisa vem como uma forma de elucidar a dinâmica estabelecida entre esses. Todavia, o conhecimento científico deriva dessa atividade de pesquisa e transcende a visão empírica dos fenômenos de forma a visualizar, mais profundamente, a organização, a estrutura, as causas e as leis que sustentam os objetos, os entes, os fatos e os fenômenos (CERVO, 2007).

Desta maneira, o conhecimento científico apresenta pressupostos básicos que o ratificam enquanto conhecimento, uma vez que explica os motivos de sua certeza: é universal, ou seja, é válido para todos os casos da mesma espécie e, também, o conhecimento científico deve ser ordenado, sistemático (CERVO, 2007). Nesse trabalho, as relações que se deseja desvendar, à luz da percepção da comunidade da região de pesca esportiva, fazem menção aos efeitos positivos e negativos da atividade turística, do que deriva o saber da comunidade e das relações entremeadas com os turistas e com o próprio Estado.

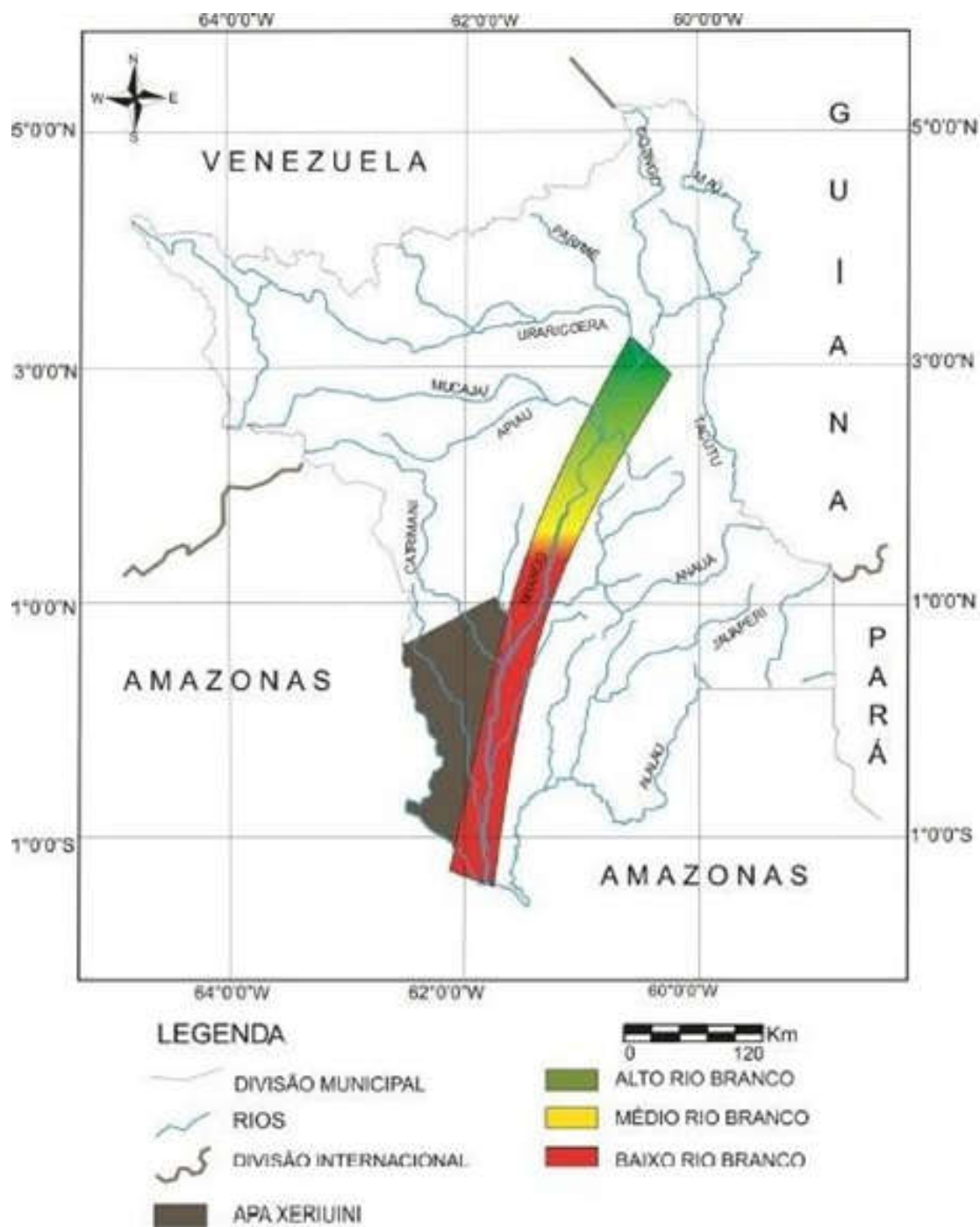
Na consecução do objetivo da pesquisa, o pesquisador prima pelo ordenamento, pela sistematização e pelo rigor metodológico a fim de atender aos pressupostos básicos do que seja o conhecimento científico.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR

Em Roraima, a principal bacia hídrica é a do Rio Branco, com uma drenagem que abrange 83% do Estado, tendo um comprimento médio de 566 km e uma taxa de sinuosidade de 1.1, caracterizando o rio como retilíneo, com um desnível de 49 metros (CARVALHO, 2015).

A bacia hidrográfica do Rio Branco é composta por vários rios, com destaque para os rios Uraricoera, Tacutu, Mucajaí e Anauá e seus respectivos afluentes (ANA, 2017). O Rio Branco é dividido em Alto, Médio e Baixo Rio Branco: o Alto Rio Branco se inicia na junção dos rios Uraricuera e Tacutu e se estende até as corredeiras do Bem Querer no município de Caracaraí; o Médio Rio Branco inicia nas corredeiras do Bem Querer, limitando-se até a comunidade de Vista Alegre, também no município de Caracaraí; e, o Baixo Rio Branco se inicia na comunidade de Vista Alegre e segue até encontrar o Rio Negro no Estado do Amazonas (FREITAS, 2012).

Figura 1– Carta com representação das três partes formadoras da bacia hidrográfica do Rio Branco – RR.



Fonte: Construção de Alves (2016), adaptado de cartografia IBGE (2008) e Freitas (1998) referente às três partes formadoras da bacia hidrográfica do Rio Branco.

A Comunidade Terra Preta faz parte da região do baixo Rio Branco, a qual é composta por mais 16 comunidades ribeirinhas⁵. Terra Preta é a denominação indígena dada ao espaço territorial localizado ao sul do município de Caracaraí, na latitude 0°52'23.24"S e longitude 61°55'52.24". Trata-se de uma área de proteção ambiental do Xeruiní (Decreto de criação nº 25, de 8 de dezembro de 1999, Caracaraí/RR), que corresponde ao nome do mesmo rio onde está situada a comunidade, tendo "o Rio Xeruiní uma extensão de aproximadamente 200 km de extensão com uma profundidade média de 2 m de águas negras e ácidas, que dificultam a proliferação de insetos como mosquitos e borrachudos", conforme Salazar Filho, Andretta e Nogueira (2005, p. 183).

Na Figura 2, é possível visualizar as três divisões existentes do Rio Branco, com destaque para a área do Baixo Rio Branco demarcada pela cor branca na figura, local em que está inserida a Comunidade de Terra Preta, em que residem 136 pessoas divididas em 36 famílias com dois braços familiares troncais no local (VITORIO, 2014).

⁵ As demais comunidades ribeirinhas são: Sacai, Lago Grande, Caicumbi, Cachoeirinha, Canauini e Panacarica, pertencentes ao município de Caracaraí, e Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Dona Cota, Remanso, Paraná da Floresta, São José, Itaquera, São Jorge, Samaúma e Xixuau, pertencentes ao município de Rorainópolis (VITORIO, 2014).

Figura 2 – Localização no mapa da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Google Earth Pro (2018).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a produção deste trabalho, adotou-se a pesquisa de abordagem qualitativa, pois se procurou compreender o fenômeno (efeitos positivos e negativos das atividades de pesca esportiva) considerando a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, reconhecendo-se que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que os números não podem contemplar.

Segundo Trigueiro (2014, p. 18), pesquisa qualitativa é

aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade, e trabalha com descrições, comparações, interpretações. Uma das principais características da abordagem qualitativa é a imersão do pesquisador no ambiente da pesquisa, isto é, o pesquisador precisa manter um contato direto com o objeto da pesquisa.

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa foi o estudo de múltiplos casos, que, de acordo com Yin (2015, p. 32), consiste em: “estudo de caso é um fenômeno empírico que, investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, sendo que o estudo de múltiplos casos permite o estudo de mais de um caso, possibilitando a comparação entre os que foram estudados para a obtenção de análises e resultados (YIN, 2015).

Cada família da Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR, foi considerada um caso. Para tanto, foi feito um planejamento das ações, com o intuito de entrevistar todas as famílias; contudo, não houve predefinição dos sujeitos da pesquisa, nem dos horários. Tudo foi acordado verbalmente, conforme a disponibilidade das famílias e pelo interesse demonstrado em participar da pesquisa.

Desta forma, fez-se explanação sobre a importância da assinatura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TCLE (APÊNDICE 1) pelos sujeitos da pesquisa, assegurando o sigilo dos resultados obtidos e para receberem esclarecimento de qualquer dúvida da pesquisa e dos possíveis riscos da mesma; o TCLE foi assinado por todos os sujeitos que participaram da pesquisa.

3.3 COLETA DE DADOS

Para atender ao objetivo geral da pesquisa, recorreu-se à observação do cotidiano da vida das famílias da Comunidade de Terra Preta. Para tanto, foi usada a pesquisa de campo, “utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se busca uma resposta ou uma hipótese, que se queira comprovar” (LAKATOS, 2010, p. 169).

Assim sendo, a observação da Comunidade de Terra Preta aconteceu mediante a permanência na região em três momentos distintos: o primeiro, em junho de 2017; o segundo, em maio de 2018; e, o último, em julho de 2018; tomando como base esta orientação, os dados foram coletados em Diário de Campo. Outro instrumento utilizado na pesquisa foi a entrevista semiestruturada (APÊNDICE 02) com roteiro prévio, a qual conseguiu a apreensão mais plástica do sistema real, com as seguintes características:

mais flexibilidade ao entrevistador, uma vez que ele não precisa se manter fiel ao roteiro, possibilitando, assim, que o entrevistado tenha mais espontaneidade em suas respostas. O pesquisador tem total liberdade, pois esta modalidade permite ao pesquisador perceber se as informações que o entrevistado está fornecendo são relevantes para o objeto de sua pesquisa (TRIGUEIRO, 2014, p. 36).

Nas entrevistas com roteiro prévio, há uma composição de perguntas que servem como norte da interação entre o pesquisador e o pesquisado. Contudo, esse roteiro não limita o alcance da espontaneidade e a flexibilidade (CRESWELL, 2014), permitindo, assim, que novas questões surjam. As entrevistas seguiram, então, um roteiro pré-estabelecido e foram realizadas na residência das famílias.

Para registrar as falas dos sujeitos utilizou-se o celular iPhone. Posteriormente, a gravação do áudio foi feita usando o *software Inqscribe* e transcritas para o *Microsoft Word*, no qual as informações, então, foram tabuladas em planilhas do *Microsoft Excel*. Para manter o anonimato, as famílias foram identificadas por siglas numéricas.

Em vivência na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, foi possível identificar os locais onde são empreendidos os trabalhos, como a pesca de consumo, a pesca comercial, a caça, a roça, o extrativismo e o turismo de pesca esportiva. Outro recurso utilizado na pesquisa foi a captação de imagens mediante fotografias.

A pesquisa contou com a participação de 24 famílias, sendo que 23 residem atualmente na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR e uma na sede do município de Caracará. Foi escolhido o casal correspondente a pai e mãe de cada família por serem os provedores do sustento da casa, além de conhecerem o ambiente natural da comunidade antes e depois do turismo. Ressalta-se que cada Família, neste trabalho, foi identificada por um número para garantir o anonimato dos sujeitos (FAMÍLIA 1- FAMÍLIA 24).

3.4 DA ANÁLISE DE DADOS

Na consecução do objetivo desse estudo, a técnica de análise utilizada foi a Análise de Conteúdo. Essa técnica, consoante Bardin (1977, p. 30), apresenta duas funções básicas:

Função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo para <ver no que dá>.

Uma função de <administração de prova>. Hipóteses sob forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificados no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo para <servir de prova>.

Observa-se que a análise de conteúdo subsidia o pesquisador com dados capazes de explorar a problemática; ao passo que, também, serve de confirmação, a partir do próprio conteúdo captado pelo pesquisador, das inferências realizadas. De forma a sistematizar esse estudo, apresentam-se categorias de análise previamente estruturadas a partir das bases teóricas apresentadas no capítulo do Referencial Teórico, sendo que essas categorias têm ligação direta com os objetivos estipulados no trabalho.

A seguir, apresentamos a dimensão de cada categoria e um quadro que demonstra a relação entre essas, os objetivos e a base teórica. as categorias são: perfil socioeconômico das famílias e sua categorização, diversidade do trabalho e capilaridade do turismo.

Assim, é importante se ter a descrição do perfil socioeconômico das famílias que moram nesse local. Portanto, fizeram parte do instrumento de pesquisa questões que se referiram a: nome, idade, sexo, quantidade e idade dos filhos e, ainda, se esses estavam residindo ali. Na sequência, tem-se a caracterização da família no que se

refere a sua história (quando chegaram à Terra Preta; quais os motivos que os conduziram àquela localidade; como era a região quando chegaram ali – descrição qualitativa física, econômica, social e ambientalmente).

Na continuação, apontam-se os lugares em que as famílias viveram antes da Vila Terra Preta, isto é, em quais municípios, bem como os motivos e o tempo que lá residiram. Ao finalizar essa categoria, perguntamos quais os benefícios que a família percebeu e o que os fez se mudarem para Terra Preta.

Outrossim, elenca-se outra categoria, a diversidade do trabalho, na qual se investigou como é o trabalho das famílias no seu dia a dia: se há atividade de agricultura (local, culturas e o período em que realizam essa atividade); se há extrativismo (madeireiro ou não-madeireiro, produtos extraídos, período); se há caça (qual espécie, local); se há prática de pesca comercial e de consumo (onde, período, quais espécies); se participam do turismo de pesca esportiva (onde, o que fazem, o que ganham e em que período do ano).

Já na categoria de capilaridade do turismo, questionou-se acerca do turista que visita Terra Preta: o seu perfil, como o turista chega à localidade, quais são os períodos de visitação e a quantidade de turistas. Além disso, perguntas fizeram menção a: pessoas da comunidade estão envolvidas no turismo? O que elas fazem? De quem são os meios de produção? E, ainda, em que período o turismo não acontece? Você trabalha de que neste período? (na roça/pesca/extrativismo madeireiro); Qual a importância da atividade turística para sua economia familiar? O que mudou com a chegada do turismo? (física/econômica/social/ambientalmente).

Na sequência dessa categoria, tem-se o questionamento sobre as operadoras de turismo na comunidade e o responsável na comunidade pela atividade de turismo, bem como as comunidades participantes dessa atividade (quantas pessoas de cada comunidade/quem não participa/quem não pode participar e os motivos disso). Ao encaminhar para a finalização, questiona-se sobre a satisfação da família com o que hoje está acontecendo sobre a atividade turística se comparado ao passado, se mudaria algo, o que gosta na mudança entre presente e passado e o que não gosta.

Quadro 2 – Relação entre categorias, objetivos e bases teóricas.

Categorias	Objetivos	Bases Teóricas
Perfil socioeconômico e caracterização da família	Caracterizar a Comunidade de Terra Preta	
Diversidade do trabalho	Identificar a diversidade do trabalho empreendido no ambiente na Comunidade de Terra Preta	Beni e Moesch (2017) Boullon (1997) Walpole e Goodwin (2000)
Capilaridade do turismo	Quantificar e analisar os efeitos do turismo na unidade familiar e na comunidade	Boullon (1997) Walpole e Goodwin (2000) Beni e Moesch (2017) Brito (2017) Albano e Vasconcelos (2013) BRASIL (2010) Coriolano (2006) Cooper <i>et al.</i> (2001) Lawson, Williams e Cossens (1998) Scheyvens (1999) Ruschmann (2000) Vasconcelos e Coriolano (2008) Rezende (2008)

Fonte: Autoria própria.

Por meio da diversidade do trabalho foi possível perceber que as relações estabelecidas na atividade turística se refletem no trabalho da comunidade ao propor ressignificações da própria relação capitalista (operadores, turistas e famílias), uma vez que essa é subsidiada por um processo humano, ou seja, as famílias fazendo parte dessas atividades, compartilhando valores de sua patrimonialização cultural, a riqueza das trocas, a produção de subjetividade social (BENI; MOESCH, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo, apresentam-se os resultados encontrados na coleta de dados e a análise empreendida. Ressalta-se que o êxito de empreendimentos turísticos somente será possível se a comunidade da região tiver sua participação na atividade turística (SCHEYVENS, 1999). Neste sentido, mesmo que longínqua ocorra a análise frente aos efeitos do turismo, sejam esses sociais (POLETTI, 2013), econômicos e/ou ambientais (RUSHMANN, 2000), somente a comunidade poderá ratificar se esses são positivos e ou negativos.

Portanto, a seguir, apresentam-se os achados da pesquisa à luz da percepção da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE TERRA PRETA

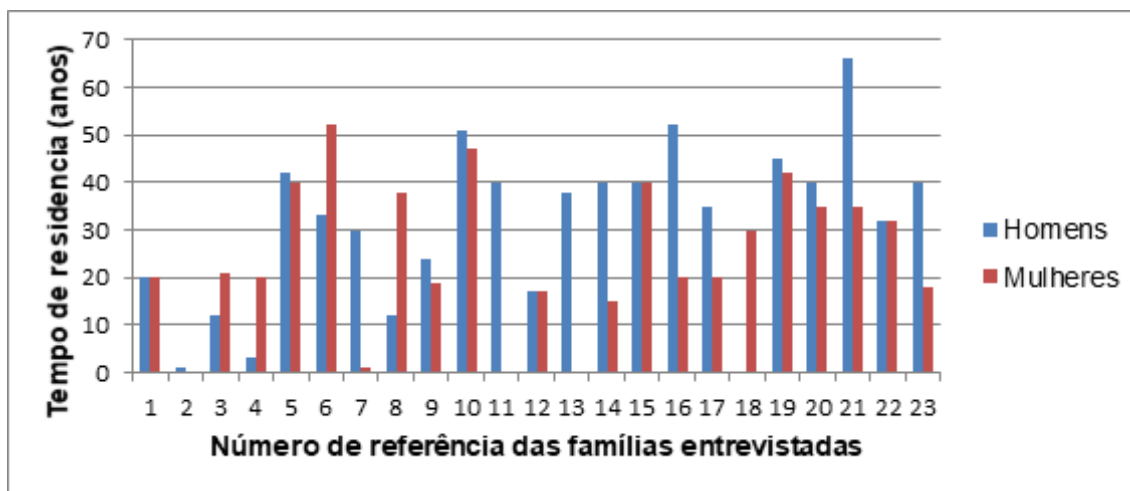
Quanto ao perfil sociodemográfico das famílias participantes desse estudo, percebe-se que as mesmas possuem, aproximadamente, 5 pessoas por casa. Das 24 famílias, 12 tiveram o nascimento de seus filhos em Terra Preta, Caracaraí; outras 6 famílias tiveram seus filhos em Caracaraí e as restantes nos municípios de Boa Vista (RR) e Barcelos e Novo Airão, no Amazonas.

As famílias possuem, em média, 3 filhos ainda morando na comunidade; contudo, a idade de maior incidência daqueles jovens que se evadem da região é de 16 anos, tendo sido motivado pela busca da educação, seguido do motivo de casamento. A maioria dos filhos residentes na comunidade possui idade superior a 20 anos.

Quanto ao tempo de residência em Terra Preta, a média das famílias é de 30 anos. Dentre os motivos que atraíram as famílias para a Comunidade Terra Preta encontramos: a) Oferta/busca de emprego; b) Acompanhando a família; c) Ambiente agradável; d) Casamento; e, e) Por oportunidade de estudo.

Percebe-se que a maioria das famílias teve seus filhos na Comunidade Terra Preta e no município de Caracaraí (18 famílias), o que reforça o vínculo com a região e desenvolve o sentimento de pertença ao local.

Gráfico 1 – Tempo de residência das famílias em Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

No Gráfico 1, pode-se visualizar o tempo de residência das famílias envolvidas na pesquisa na Comunidade de Terra Preta Caracaraí/RR. É possível observar que apenas 4 famílias têm tempo de residência superior a 50 anos, sendo que os homens possuem o maior tempo de residência. Segundo a Família 21, “*muitos vão embora pela falta de continuidade nos estudos e pela dificuldade de viver aqui*”.

Em pesquisa realizada na literatura sobre elementos que caracterizassem a comunidade, foram encontrados elementos sobre a histórica de ocupação da região, em que Porro (2005, p. 25) afirma ter encontrado “*vestígios etno arqueológicos do Baixo Rio Branco onde tem sua história de ocupação indígena ocorrida pelos povos das etnias Parauiana e Pauxiânias; no Jatapu, os Bonari; no jauaperi, os Yauperi, Waimiri e Atruahi*”. A afirmação de Porro pode ser ratificada por meio do relato da família 15, da Comunidade de Terra Preta, a qual afirma o seguinte:

“Lá onde era o sítio⁶ de Itaobão acharam uns pedaços de um negócio que parecia com cerâmica, só que era feito de barro. Pra mim, isso é negócio de índio, já que antes todo mundo aqui fala que tinha índio aqui nessa região e o nome daqui eu não tenho certeza já que não nasci na comunidade, mas acho que é por conta dessas histórias que tinha índio vivendo aqui, e onde acharam esses pedaços de barro a terra era preta, então acho que é por isso.”

De acordo com os relatos de algumas famílias, o conhecimento é passado de pai para filho, e entre os moradores locais também foi possível confirmar a presença indígena na área do Baixo Rio Branco – presença esta que aconteceu a centenas de

⁶ Agrupamento familiar de 2 ou 3 famílias.

anos. Essas evidências confirmam que a ocupação contemporânea é posterior à ocupação de outros povos, talvez os mesmos já descritos por Farage (1991) e Porro (2005), mas deixando ainda a dúvida de como foi fundada a atual Comunidade de Terra Preta.

Sobre o tempo de fundação da Comunidade de Terra Preta, Caracarái/RR, a Família 14 respondeu o seguinte:

“Terra Preta não sei bem quanto tempo tem, mas essas outras comunidades tudo surgiu depois de Terra Preta. Lago Grande, Canauini, todas essas pessoas era aqui dos sítios aqui de cima, que vieram embora porque o governo abriu escola pra cá, já que pra lá era difícil de entrar no verão.”

A data aproximada de fundação da comunidade não foi possível estipular, uma vez que as famílias com maior tempo de residência chegaram a pouco mais de 50 anos, e afirmaram que a comunidade já existia. Não sendo possível definir a data de fundação de Terra Preta, foi-se em busca da origem dos atuais moradores, e encontramos que os primeiros moradores não indígenas de Terra Preta vieram do Amazonas e do Acre em busca de melhores condições de vida, encontrando na castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) uma fonte de emprego que permanece até hoje, como é descrito por uma mulher de uma das famílias da comunidade:

“Meu pai é acreano e com o fim da seringa ele veio por Manaus, onde casou com minha mãe. E como ele não tinha estudo, emprego era difícil, foi quando um amigo dele falou que tinha muita castanha no Xeruíni e nós viemos tudinho pra essa mata, pra pegar castanha. Eu era menina, mas me lembro de que, naquele tempo, o único dinheiro era o da castanha. A gente vendia bem baratinho, era bem pouquinho, dava nem para comer.” (FAMÍLIA 24).

Outras famílias, quando questionadas sobre sua origem, confirmaram, assim como a Família 24, que a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) foi a principal fonte de atração de novos moradores oriundos dos estados do Amazonas e do Acre, mas também relataram a retração populacional da Comunidade de Terra Preta, que pode ser confirmado com o relato da família abaixo:

“Se tinha muito mais moradores do que hoje, sendo que muitos foram embora por conta do estudo e acabaram não voltando. Muita gente foi embora pra Caracarái. Se esse pessoal que foi embora voltasse, dava pra fazer outra rua aí atrás.” (FAMÍLIA 16).

E pensando em investigar mais sobre a população, fez-se necessário, para a identificação da diversidade do trabalho empreendido no ambiente anterior ao turismo, bem como com a existência da informação levantada de que a comunidade existe há

mais de 50 anos, a construção de um gráfico buscando analisar o tempo de residência na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR dos atuais moradores. Ainda nessa categoria, uma questão fazia menção às lembranças das famílias no que se refere à comunidade na época de sua chegada à região, conforme observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Lembranças do espaço físico da comunidade.

Famílias participantes⁷	Lembranças da comunidade
Família 01	<i>“Tinha muito mato e havia apenas um caminho, e só tinha 4 horas diárias de energia na vila e todos viviam somente da roça.”</i>
Família 02	<i>“A comunidade era menor, e antes o posto de saúde funcionava e se tinha remédio.”</i>
Família 03	<i>“Não tinha comércio.”</i>
Família 04	<i>“Não havia energia, fogão a gás e posto médico.”</i>
Família 05	<i>“Era um matagal com casas construídas de pachiuba.”</i>
Família 06	<i>“As casas eram mais velhas. Se tinha maior fartura de comida e o dinheiro era mais difícil, além de a convivência ser melhor entre os moradores no passado.”</i>
Família 07	<i>“As casas eram de palha com pachiuba, o dinheiro era mais difícil e não se pensava em preservação da natureza.”</i>
Família 8	<i>“Não tinha caminho e havia muito mato e poucas casas.”</i>
Família 9	<i>“Muito mato, não havia escola e o dinheiro era mais difícil. Não se tinha igreja e morava poucos moradores aqui.”</i>
Família 10	<i>“Poucas casas e muito mato sem árvores frutíferas.”</i>
Família 11	<i>“Vida difícil. Tudo era no remo e não se tinha telefone e internet.”</i>
Família 12	<i>“As casas eram cobertas de ubim com assoalho de pachiuba, sem nenhum eletrodoméstico, sem energia e as pessoas eram mais unidas, além de se jogar lixo sem preocupação, e ninguém falava sobre desmatamento e se tinha muito mais porcos do mato.”</i>
Família 13	<i>“Não se tinha ninguém. As casas eram cobertas de palha, sem energia. Só havia roça e castanha.”</i>
Família 14	<i>“Tudo muito simples, sem energia, sem geladeira, com uma única televisão para toda a vila. Dinheiro só tinha quem era funcionário público. As casas eram de pachiuba; as pessoas brigavam menos e havia mais fartura de caça.”</i>
Família 15	<i>“Casas eram de pachiuba e existiam mais casas de farinhas, e o trabalho era mais pesado.”</i>
Família 16	<i>“A vila era mais suja no passado e as casas eram mais feias.”</i>
Família 17	<i>“Eram poucas casas e se vendia farinha para um atravessador.”</i>
Família 18	<i>“O trabalho era mais difícil. As casas eram construídas de pachiuba e cobertas com folha de ubim.”</i>
Família 19	<i>“Era poucas pessoas para muito mato, e as casas eram cobertas de palhas e o trabalho era mais difícil.”</i>
Família 20	<i>“As casas eram construídas com pachiuba e cobertas de palha, além de no passado as pessoas serem mais unidas.”</i>
Família 21	<i>“Tudo era atrasado: as casas eram cobertas de palha, o fogão era a lenha e só tinha um televisor para toda a comunidade, e todos viviam apenas da roça e da castanha, e o dinheiro era pouco.”</i>

Fonte: Autoria própria.

⁷ 21 famílias responderam essa pergunta.

Percebe-se que algumas lembranças fazem menção à união dos moradores, fato esse que vigorava antes da chegada dos avanços tecnológicos e turísticos: “convivência ser melhor entre os moradores no passado” (FAMÍLIA 6) e “sem energia, e as pessoas eram mais unidas, além de se jogar lixo sem preocupação e ninguém falava sobre desmatamento” (FAMÍLIA 12). Essa união e a forma de pensar coletivamente foram apontados pela Família 20 como uma lembrança, pois, no passado, as pessoas eram mais unidas.

Além disso, o trabalho é tido pelas famílias como “*mais difícil*” (Famílias 18 e 19) e “*mais pesado*” (FAMÍLIA 15); a isso se incluem, ainda, algumas falas sobre a vida e o dinheiro, tidos, também, como mais difíceis (FAMÍLIA 11). A infraestrutura das moradias foi pontuada por algumas famílias, as quais mencionaram que as casas eram cobertas por palha (FAMÍLIAS 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 20 e 21).

Identifica-se, a partir dos dados coletados, o seguinte: precariedade das moradias e dificuldade do trabalho, bem como a falta de moeda/dinheiro na comunidade. Da mesma forma, observa-se que o aspecto coletivo, a união e o sentimento de pertença à comunidade eram mais evidentes. No entanto, uma questão que chamou-se a atenção: para as Famílias 7 e 12, no passado, não se falava em preservação da natureza e em desmatamento.

Isso encontra amparo nas colocações de Smith (1989), que apresentou, dentre os pontos positivos do turismo sobre o ambiente, a ampliação da consciência e da necessidade de preservar a natureza por parte da comunidade. Neste sentido, na discussão de literatura, vê-se que a atividade turística pode alterar a produção subjetiva social, além do compartilhamento de valores de sua patrimonialização cultural; fica evidente, assim, que se tinha, no passado, valores que diziam respeito ao coletivo, sendo partilhado na comunidade (BENI; MOESCH, 2017).

De acordo com Oliveira (2006, p. 3), “a percepção das pessoas sobre determinado assunto é sempre carregada de uma visão própria de cada indivíduo, formada a partir de variáveis como meio social, história de vida, nível de escolaridade, religião, atividade econômica, entre outros”.

A comunidade foi descrita pelos moradores mais antigos como uma vila bem diferente da existente atualmente, a julgar pela dificuldade de acesso, quando não existia motor nas canoas ou fogão a gás, ou a falta do comércio, sendo uma mudança muita significativa para os moradores mais velhos que conceituam a vida atual como “*maravilhosa e farta*” (FAMÍLIAS 10 e 21). Além dos dados citados anteriormente, a

Família 16 relata que outros grupos familiares moravam em um local acima da Comunidade Terra Preta, Caracaraí/RR, onde existiam oito sítios localizados às margens do Rio Xeruiní.

A Figura 3 possibilita entender a explicação realizada pelas Famílias 11 e 15, as quais afirmaram que, subindo o Rio Xeruiní, no sentido norte, encontravam-se os seguintes sítios, nesta ordem: Itaobão, Macaroca, Ipiranga, Flexal, Uaicá, Mechedé, Aiçú e a vila de Santa Maria do Xeruiní, dos quais os moradores migraram e formaram as comunidades de Canauinin e Lago Grande, existentes até hoje. Para os moradores entrevistados, os sítios citados eram descritos como locais que, no período seco, tornavam-se inacessíveis mesmo por canoas pequenas.

Figura 3 – Trecho do Rio Xeruiní, Caracaraí/RR.



Fonte: Google Earth Pro (2018).

A Família 15 acrescenta, ainda, a dificuldade de acesso aos sítios:

“Para chegar em Santa Maria (do Xeruiní), que é o último sítio, nós gasta umas cinco horas de rabetinha. Mas no verão toda canoa arrasta, grande ou pequena arrasta, os turista tem vez que eles saem tudinho do barco porque a canoa encalha. Por isso que agora eles têm um botes que no meio é alto.”
(FAMÍLIA 15).

Contudo, há também outros motivos para a mudança de várias famílias destes sítios e da vila de Santa Maria do Xeruiní, Caracaraí/RR, para a Comunidade Terra

Preta, Caracaraí/RR, como: a ausência de escolas e a dificuldade de locomoção no período de verão, que tornava o rio inacessível. A escola na Comunidade de Terra Preta foi descrita pelas Famílias 6, 11 e 15 como sendo construída de madeira, com telhado feito de palha de ubim⁸ (*Geonoma baculífera*), e administrada pelo professor João Grande, que foi o mentor da ideia de criação da escola; mais tarde, a escola foi reconstruída com uma nova estrutura feita de alvenaria, com telha de amianto (FIGURA 4).

A escola ofertava o ensino multiseriado e alunos de várias séries estudavam juntos, chegando a somar até 70 alunos, conforme cita a Família 16. Em setembro de 1996, foi inaugurada uma nova escola de 1º grau com o nome Belizio Melo Sobrinho (FIGURA 5), em um novo prédio que está em funcionamento até o ano de 2018.

Figura 4 – Prédio antigo da escola municipal de 1º grau Belizio Melo Sobrinho na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

⁸ Palha oriunda de palmeiras nativas.

Figura 5 – Prédio atual da escola municipal de 1º grau Belizio Melo Sobrinho na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

A escola Belizio Melo Sobrinho, inaugurada em 1996, atende até o nono ano do Ensino Fundamental. Em visita realizada em 2018, a escola tinha um corpo docente de cinco professores, um auxiliar de serviços gerais e um merendeiro; todos funcionários efetivos do município de Caracaraí e residentes na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR. Ao término do ensino fundamental, os moradores da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, que decidirem cursar o ensino médio mudam-se, geralmente, para a cidade de Caracaraí/RR ou de Barcelos, no Amazonas, para continuar os estudos. Alude-se que os motivos que levaram as famílias a residirem em Terra Preta, no que diz respeito à educação, se comparados às demais comunidades, são mais atrativos aos indivíduos, mesmo sendo, ainda, precária.

A maioria das famílias também pontuaram sobre a estrutura pública existente, que também é precária. Embora as famílias fossem questionadas por meio de perguntas pré-definidas, elas nos trouxeram informações além do questionamento, tendo sido coletado tudo (conforme já mencionado no Capítulo 3) a fim de demonstrar a riqueza de dados que essa comunidade possui. Tem-se, então, um pequeno trator e um gerador de energia elétrica (FIGURA 6) abastecido a diesel e subsidiado pelo Governo do Estado de Roraima. A energia é disponibilizada das 9 horas da manhã

até às 11 horas da noite, diariamente, sendo o gerador abastecido mensalmente por uma empresa terceirizada que disponibiliza dois funcionários que residem na comunidade e que são encarregados de manter o funcionamento do gerador.

Figura 6 –Estrutura física para guardar equipamentos da Comunidade Terra Preta.



Trator da comunidade (A) Gerador de energia elétrica (B)
Fonte: Autoria própria.

Em relação à saúde, há um pequeno posto de saúde que pode ser visualizado na Figura 7. Nas visitas realizadas nos anos de 2017 e 2018, o posto de saúde encontrava-se desativado, contando apenas com o suporte de uma agente de saúde efetiva do município de Caracaraí/RR que atendia as famílias nas residências. Segundo relatos dos sujeitos da pesquisa, é notória a ausência de remédios básicos, que deveriam ser disponibilizados pelo poder público. Contudo, anualmente, no segundo trimestre, a ONG “Doutores das Águas” presta serviços médicos e dentários à Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, oferecendo, inclusive, remédios e kits de higiene bucal, entre outros, sendo essa uma contrapartida da realização da atividade de turismo de pesca esportiva.

De forma geral, é possível inferir que as falas das famílias apresentam pontos positivos sob o aspecto econômico: que antes gerar renda era muito mais difícil e que o trabalho, por si só, também foi apontado como mais difícil. Já na questão ambiental, vê-se que houve um avanço sob a lógica da conscientização acerca do desmatamento

e da preservação da natureza. Já sob a lógica social, observa-se que se acentuou a desunião dos indivíduos na comunidade.

Scheyvens (1999) menciona em seu estudo que pode haver decadência social a partir da divisão de grupos na comunidade, em que vai se perdendo o respeito pelas tradições, vai se acirrando uma competição entre indivíduos, famílias, grupos étnicos e socioeconômicos que não mais cooperam sob a lógica do coletivo, mas de ganhos individuais e comportamentos oportunistas.

Figura 7 – Prédio do posto municipal de saúde na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

As estruturas físicas dos prédios públicos existentes na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, foram construídas em alvenaria e somente as casas existentes são construídas de madeira – pelos próprios moradores –, sendo algumas delas pintadas; assim, a configuração espacial dos imóveis varia conforme a margem do rio e o vínculo familiar de cada morador. É fácil encontrar, também, residências que têm aparelhos eletrônicos, tais como ar condicionado, televisores, geladeiras, micro system e motores de rabeta⁹, sendo comprovados através da Figura 8.

⁹ Pequeno motor de propulsão que fica acoplado na traseira de pequenas embarcações.

Figura 8 – Exemplos de benfeitorias na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR.



Casa com ar-condicionado (A); Comércio (B); Casa reformada e pintada (C); Motor utilizado para locomoção em canoa (D) na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR
Fonte: Autoria própria.

Na comunidade, as casas estão posicionadas em torno de uma organização inicial delimitada às margens do Rio Xeruiní, onde cada morador tem um porto pessoal próximo a sua casa. O primeiro fator de influência na organização espacial das casas na comunidade é o rio (FIGURA 9), o que pode ser observado a partir da disposição das mesmas em torno da sinuosidade do Rio Xeruiní. A água, então, é fator de grande importância, uma vez que apresenta relação direta com a sazonalidade das atividades na comunidade.

Figura 9 – Disposição das casas as margens do Rio Xeruiní na Comunidade de Terra Preta, Caracarái/RR.



Fonte: Bing Mapas (2018).

No período chuvoso, os rios transbordam e alagam várias localidades, recriando a paisagem do rio a cada momento; esse movimento é descrito como pulso de inundação¹⁰. A água tem um grande valor para a humanidade, sendo responsável por processos erosivos na superfície terrestre que formam novas paisagens, além de ser encarregada do transporte de sedimentos que tornam as terras férteis após a passagem da água. Junk *et al.* (2011) confirmam isso ao alegarem que os materiais e os organismos que compõem os solos necessitam do movimento e das propriedades das águas amazônicas conduzidas nos pulsos de inundação.

Desta forma, águas, terras, vegetações e seres humanos em conexão contribuem para a formação das paisagens amazônicas. Os seres antrópicos, com suas interferências no ambiente, como o desmatamento, as queimadas, as criações de áreas de agricultura e pecuária, têm transformado, substancialmente, a estrutura do sistema ambiental amazônico (SILVA; NODA, 2016).

E, de acordo com dados de Barbosa, Ferreira e Castellón (1997), a Comunidade de Terra Preta está localizada em uma área com abundância de água, onde a vegetação é descrita como florestas úmidas ou ombrófilas em relevo de

¹⁰ “A principal força motriz responsável pela existência, produtividade e interações da biota principal nos sistemas de planícies aluviais é o pulso de inundação. Um espectro de condições geomorfológicas e hidrológicas produz pulsos de inundação, que variam de imprevisíveis a previsíveis e de curta a longa duração” (JUNK *et al.*, 1989, p. 110).

planície e baixos platôs, e com uma precipitação anual de 3.002 mm, sendo considerada de clima equatorial, com chuvas bem distribuídas durante o ano e curto período seco.

E o segundo fator que influencia na organização das casas é a matriz familiar, pois grande parte dos moradores tem algum grau de parentesco, organizando-se em núcleos extensos troncais (CANIÇO *et al.*, 2010). Em contrapartida, as famílias que não têm parentesco com os demais moradores trazem, nesse caso, um forte indício para o acontecimento da mobilidade de pessoas devido a atividade de turismo de pesca esportiva, surgindo moradores novos apenas no período de funcionamento do turismo.

De acordo com as Famílias 10 e 16, a mobilidade de pessoas entre as comunidades próximas está sendo benéfica para o turismo, uma vez que foi construído um caminho terrestre ligando a Comunidade de Caicubí à Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, com uma extensão de, aproximadamente, 25 quilômetros que pode ser observado na Figura 10. Sendo assim, logo na entrada do caminho é possível visualizar a vegetação densa, com destaque à presença de cipós conhecidos como titicas (*Heteropsis Jenmani*) que são característicos de vegetações úmidas com altas taxas de precipitação anual, informações estas já descritas por Barbosa, Ferreira e Castellón (1997).

Figura 10 – Caminho para a Comunidade de Caicubí na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

Estas características de alta precipitação, clima e tipo de vegetação são dados conhecidos pelos moradores da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR. Existe, portanto, uma configuração antiga entre os moradores e o ambiente, pois os habitantes da comunidade dominam o conhecimento sobre os locais onde se pode encontrar madeira e os locais de pesca de determinadas espécies de peixes, bem como o período certo para a agricultura, conceituando Terra Preta como uma comunidade tradicional (DIEGUES, 2000), termo este que está intimamente ligado aos recursos naturais renováveis no ciclo da natureza. A população que reside nesse ambiente se adequou ao ambiente, delimitando qual período do ano é ideal para a caça, a coleta e a plantação; o homem que mora nesse ambiente respeita esse tempo delimitado pela natureza.

Frente as condições que a natureza apresenta, a comunidade tem de empregar, ou melhor, diversificar suas atividades de trabalho respeitando as condições naturais. A seguir, apresenta-se a categoria diversidade do trabalho, explanando sobre as atividades laborais realizadas pelas famílias na comunidade.

4.2 DIVERSIDADE DO TRABALHO

Nessa seção são apresentadas as atividades que foram identificadas na comunidade antes e depois da inserção do turismo, tais como a roça, pecas, caça e extrativismo vegetal.

4.2.1 A roça

A roça é uma atividade familiar antiga na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, sendo relatada como uma das principais fontes de alimentação dos primeiros moradores. Segundo um dos sujeitos, o trabalho empreendido na roça apresenta importância histórica, descrevendo-o da seguinte forma: *“quando eu vim morar aqui na comunidade, eu me lembro que o trabalho era sofrido. Quando o pai ia para a roça, nós íamos tudinho lá de casa e ficava no sol ajudando, todo mundo, até os pequenos iam”* (FAMÍLIA 16).

O trabalho empreendido na roça apresenta diversas fases temporais de acordo com a vazão o rio. Neste sentido, os dados coletados nessa pesquisa são: a

preparação do solo, que tem início no mês de agosto, e somente após essa fase é possível realizar o plantio, sendo que as culturas mais presentes são a banana (*Musa spp.*) e a mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), utilizada na produção da farinha.

Na história da Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR, alguns moradores citam que houve a presença de indígenas na região do Rio Xeruiní e alegam, também, que essas terras são férteis. Isso corrobora com os estudos de Clement *et al.* (2009) nos quais está descrito que a terra preta de índio afeta as plantas cultivadas e a vegetação:

num estudo controlado comparando quatro sítios de terra preta de índio (TPI) com seus solos adjacentes, as ervas daninhas em roças ativas tiveram até 45 vezes maior cobertura do solo e apresentaram até 11 vezes mais espécies em terra preta de índio (CLEMENT *et al.*, 2009, p. 153).

Segundo Clement *et al.* (2009), a Terra Preta de Índio (TPI) tem altos teores de cálcio, manganês e fósforo, o que contribui para a alta fertilidade do solo. Porém, para Richers (2010), as áreas de várzea são compostas de uma fertilização natural, sendo possível realizar, em uma mesma área, um plantio de mandioca por 6,5 anos. Desta maneira, com a fertilidade do solo elevada, é possível classificar a agricultura desenvolvida na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR, tipicamente como tradicional, uma vez que, consoante Pereira (2008, p. 14), “o aporte de insumos externos é mínimo, e a maioria das decisões de manejo é tomada levando em consideração elementos existentes no próprio sistema”.

As famílias declararam que seu trabalho, durante o ano, é organizado da seguinte forma:

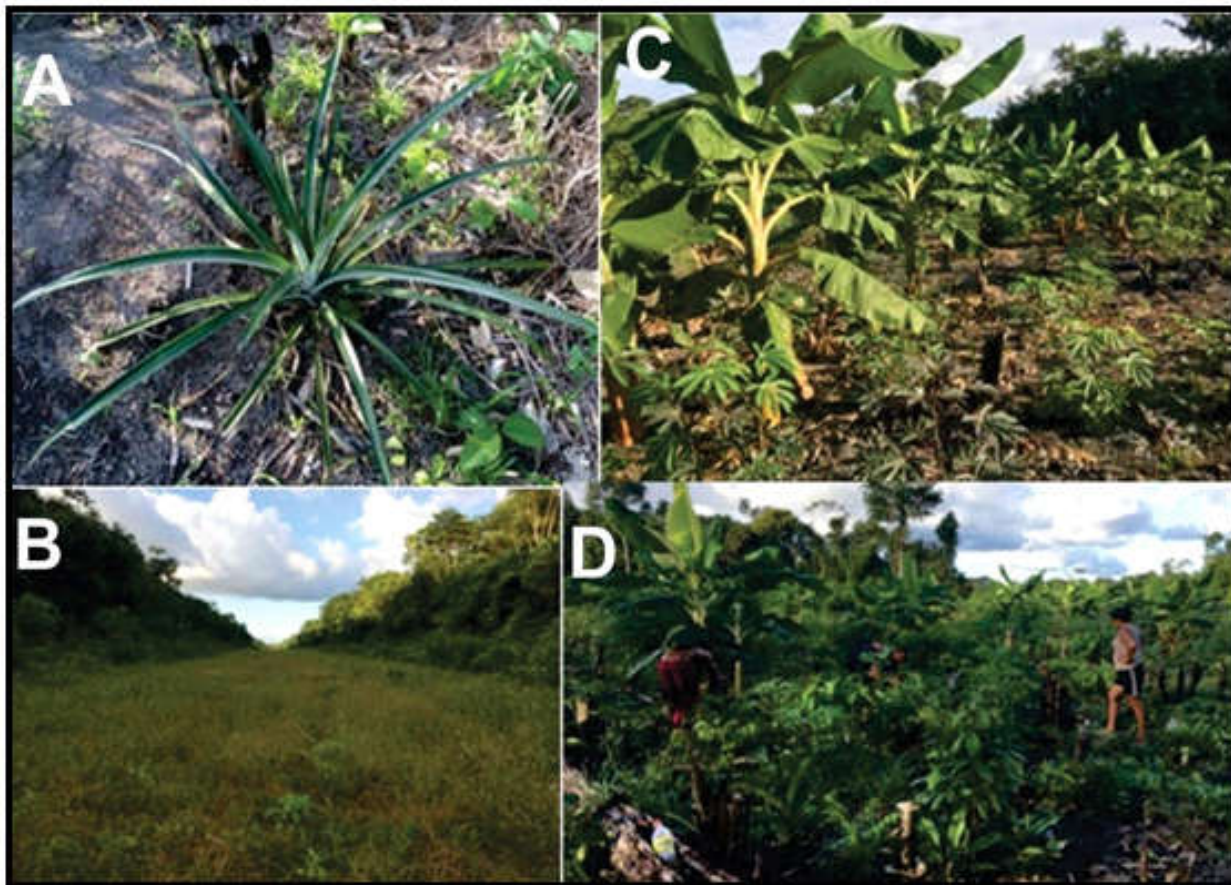
Família 01 – Trabalha apenas com comércio e é funcionário da Eletrobrás;
 Família 02 – É somente funcionário da Eletrobrás;
 Família 03 – Vigia no mês de janeiro (turismo), quebra de castanha (inverno), roça (inverno), caça e pesca;
 Família 04 – Turismo (verão), castanha (inverno), pesca comercial no verão e preparo da roça, e colhe açaí esporadicamente;
 Família 05 – Trabalha na roça e a esposa é aposentada;
 Família 06 – Turismo (verão), pesca comercial e depois vem o defeso;
 Família 07 – Trabalha na escola e na castanha no inverno;
 Família 08 – Administrador das comunidades de Terra Preta e Lago Grande;
 Família 09 – Piloteiro no verão, depois vem a pesca, castanha (no início do inverno) e, por fim, seguro do pescador (defeso);
 Família 10 – Primeiro roça, depois castanha e, por último, vem caça e pesca;
 Família 11 – É aposentado, coleta castanha do Brasil no fim do inverno, depois vem a roça e, por último, tem a pesca;
 Família 12 – Pesca e castanha, mas o trabalho principal é como administrador da vila;
 Família 13 – Roça e castanha;
 Família 14 – Roça (ano todo), castanha (inverno) e pesca comercial (verão);
 Família 15 – Roça apenas;
 Família 16 – 1º roça, 2º farinha e 3º seguro defeso;

Família 17 – 1º turismo, 2º farinha, 2º roça, 3º castanha;
Família 18 – Antes, ajudante de cozinha no turismo e, hoje, é funcionária pública, e ele trabalha na castanha;
Família 19 – 1º turismo, 2º castanha, e roça no verão;
Família 20 – Agente de saúde, dona de casa;
Família 21 – Pesca e funcionário público;
Família 22 – 1º turismo, 2º roça e 3º castanha;
Família 23 – Janeiro começa com o turismo, 2º castanha, 3º pesca comercial e turismo novamente
(Autoria própria)

Das 23 famílias que responderam essa questão, apenas 7 têm participação na atividade turística de pesca esportiva. No entanto, as famílias, em sua maioria, têm a roça como atividade laboral (17 famílias) próxima à comunidade (atrás de Terra Preta e próximo à pista de avião), tendo as culturas de banana, mandioca, cana de açúcar, cará, milho e abacaxi, nessa ordem, maiores plantios. Ainda, as famílias sinalizaram que plantam no inverno e colhem no verão.

Essa afirmação ressalta o pensamento de Martins (2016), que enfatiza que a dimensão do espaço emerge do cotidiano das pessoas, como é o caso da roça na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR, que pode ser observada na Figura 11, pois é nesse ambiente da agricultura que o morador está desenvolvendo processos sociais de afirmação e reafirmação por meio da roça. Isso leva, então, o habitante a conhecer melhor o ambiente, agregando, assim, determinado valor e significância a esse local.

Figura 11 – Tipos de plantio na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Cultivo de abacaxi (*Ananas comosus* L. Merrill) (A); Pista de avião (B); Plantio de banana (*Musa spp.*) (C); Plantio de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz); e Cultivo de banana (*Musa spp.*) (D)
Fonte: Autoria própria.

A Figura 11 mostra o cultivo do abacaxi (*Ananas comosus L. Merril*), banana (*Musa spp.*) e mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) da Família 3, sendo esta roça localizada próxima à pista de pouso da comunidade. Por outro lado, nota-se que a nova configuração econômica existente na localidade na pesquisa realizada, que a roça não é mais a base fundamental para a alimentação:

“Hoje todo morador aqui tem dinheiro para comprar no comércio um arroz, um feijão, um frango quando a gente tá enjoado de caça, mas isso, hoje, porque no passado era difícil a gente comprar comida. Primeiro, o dinheiro era difícil e, também, não tinha tanta coisa no comércio como hoje, por isso que hoje tudo tá fácil, a gente só mata um bichinho ou pesca para completar a alimentação.” (Família 3 da Comunidade Terra Preta).

Quando questionadas sobre o extrativismo (madeireiro ou não), das 24 famílias, apenas 3 não realizam essa atividade (21 famílias realizam o extrativismo não-madeireiro). Os principais produtos do extrativismo dessas famílias são: castanha do Brasil (extração no início do inverno), Tucumã e Piquiá. Para Silva (2015, p. 28), “os materiais e organismos componentes dos solos dependem do movimento e das propriedades das águas amazônicas conduzidas nos pulsos de inundação e das características do seu escoamento”. Esse movimento das águas não interfere apenas na roça, mas também na pesca.

4.2.2 A pesca

Sabe-se que a atividade de pesca implica em geração de renda, contudo, se praticada de forma desordenada pode colocar em risco estoques de peixes (BARRETO; TAMANINI, 2002). “Tradicionalmente, a pesca funcionava para os habitantes ribeirinhos como uma atividade complementar, integrada a outras atividades econômicas familiares (agricultura, caça, extrativismo, etc.)” (ISAAC; BARTHEM, 1995, p. 301). Para Santos e Santos (2005, p. 165),

a pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte.

Na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, a pesca é vista como uma atividade importante e natural, sendo realizada por todos os moradores, sem distinção de idade ou gênero, podendo ser dividida em de subsistência e comercial. A de

subsistência acontece nas margens do Rio Xeruiní em qualquer período do ano, independente da estação climática: “*aqui pescamos aí mesmo, na beirada do rio. A fome bateu, eu joga a linha e pesco meu peixinho*” (FAMÍLIA 18). Essa afirmação pode ser confirmada através da Figura 12, na qual a Família 18 mostra um peixe pescado para o consumo próprio.

Figura 12 – Peixe pescado no Rio Xeruiní na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

Em Terra Preta, a pesca para consumo próprio é realizada visando a obtenção do alimento apenas para a refeição da semana e, muitas vezes, apenas do dia, sendo que, dentre as principais espécies pescadas, estão: Pacú (*Mylossoma spp*), Tucunaré (*Cichla*), Aracú (*Schizodom sp.*), Branquinha (*Leporinus spp.*), Piranha (*Pygocentrus nattereri*), Matrinxã (*Brycon*) e Jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*). Essas espécies também foram observadas na pesca de subsistência na comunidade de Sacai, Caracaraí/RR, com exceção da Piranha (*Pygocentrus nattereri*) e da Matrinxã (*Brycon*), conforme dados de Lopes e Souza (2015).

Outro tipo existente é a pesca comercial, voltada para fins de geração de renda, em que os moradores pescam e vendem seu produto em comunidades próximas. A pesca comercial acontece após o período do seguro defeso e em face do acordo firmado entre a comunidade e as empresas turísticas. Assim, a pesca só pode acontecer no Rio Branco, sendo o Pacú (*Mylossoma spp*), a Matrinxã (*Brycon*), o Aracú (*Leporinus*), o Cará (*Geophagus brasiliensis*), o Jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*) e o Mamori (*Colossoma macropomum*) as principais espécies pescadas. Dentre as ferramentas utilizadas na pesca comercial no Rio Branco, foi identificado por Alves (2016, p. 122), “malhadeiras, anzol, caniço, zagaia, arpão, linha corrico, espinhel, poita, ponta de lança, rapazinho, arco e flecha”, enquanto que Lopes e Souza (2015, p. 106) identificaram “malhadeira, zagaia, caniço/anzol, espinhel/poita, arpão, corrico, linha comprida/linha, ponta de linha/rapazinho e arco com flecha”.

Consoante os autores Alves (2016) e Lopes e Souza (2015), é comum o uso do malhador como ferramenta da pesca comercial no Rio Branco; porém, em visita realizada à Comunidade de Terra Preta, no ano de 2018, foi observado que o malhador tem seu uso proibido no Rio Xeruiní em função de acordo firmado entre a comunidade e as empresas turísticas atuantes na comunidade.

Para garantir a aplicabilidade do acordo, os moradores se encarregam de monitorar o rio no seu dia a dia para assegurar que nenhum geleiro¹¹ adentre no Xeruiní para pescar, caracterizando, dessa maneira, o pensamento defendido por McGrath *et al.* (1998, p. 3) ao afirmarem que:

em contraste ao livre acesso, num *regime de propriedade comum* os direitos sobre os recursos são mantidos por um grupo distinto de usuários que exclui pessoas de fora e regulamenta o uso entre si. Normalmente, os usuários têm acesso e uso igualitário ao recurso.

Nessa esteira de pensamento, com a inserção da atividade turística, as famílias da comunidade ampliaram a sua consciência sobre o desmatamento e a preservação da natureza (SMITH, 1989), indo ao encontro do que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 225, assegura: direito a um ambiente ecologicamente correto. Percebe-se que os moradores da região acabam por se tornar, então, cuidadores do ambiente, atuando na própria fiscalização do local. Isso reflete algumas colocações de Scheyvens (1999), o qual menciona que a atividade

¹¹ Barco geleiro. Barco de pesca intitulado pela população local.

turística, no âmbito social, pode proporcionar a organização da comunidade em grupos coesos e integrados a fim de monitorar e participar da atividade.

Relacionado com o uso de recursos naturais, Furtado (2006, p. 161) afirma que as “comunidades guardam atualmente acentuados traços do passado colonial e pré-colonial; detendo saberes em relação ao ambiente, aos seus recursos e formas de manejá-lo”. Entretanto, outra atividade antiga também é realizada na Comunidade de Terra Preta, que é a caça, a qual sofreu algumas mudanças motivadas pelo acordo citado anteriormente, que limita a pesca comercial no Rio Xeruiní.

4.2.3 A caça

A atividade de caça se mostra na comunidade de maneira discreta e retraída, pois apenas alguns moradores afirmam realizar a caça, atividade que acontece durante todo o ano e em locais próximos à comunidade. As principais espécies caçadas são a paca (*Cuniculus paca*), a anta (*Tapirus*), o mutum (*Cracinae*), o porcão (*Tayassu pecari*)¹², o viado (*Cervidae*) e o pato (*Cairina moschata*) (FAMÍLIAS 6, 11 e 21), sendo a caça realizada apenas para o consumo próprio e para o comércio interno na comunidade.

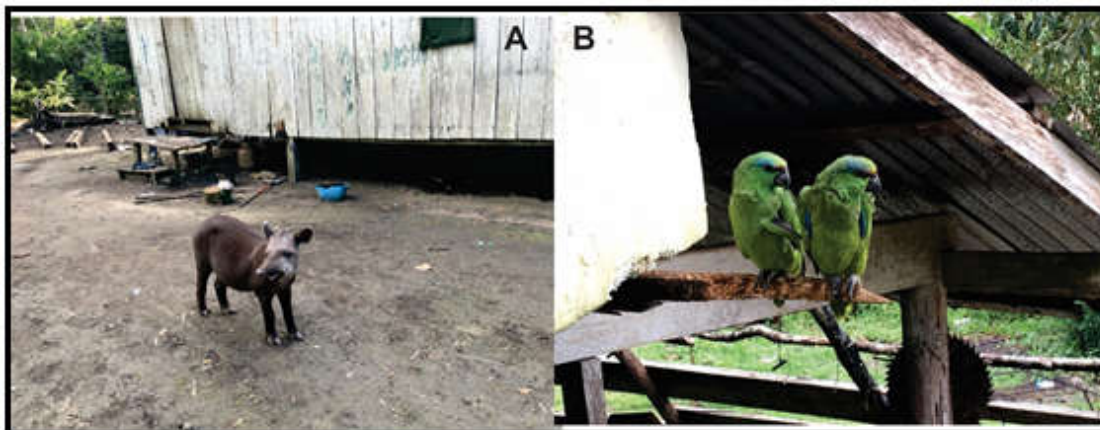
A caça em Terra Preta é realizada por algumas famílias, as quais preferem não revelar as informações de tal ação motivadas pela proibição estipulada na legislação brasileira. Contudo, as famílias que colaboraram com o tema responderam o seguinte: “*quando viemos morar aqui tinha muito mais caça. A gente matava aqui mesmo, hoje diminuiu*” (FAMÍLIA 5).

Outra realidade na comunidade é a existência de animais silvestres que vivem na como animais domésticos, sendo estes oriundos da floresta que circunda a comunidade. Um exemplo de tal afirmação é a Figura 13, que traz, no item A, a imagem de uma anta (*Tapirus*) que “*chegou à comunidade ainda bebê oriunda de uma caça*” (FAMÍLIA 16) e o item B, da mesma figura, que corresponde a um casal de papagaios (Amazona) que foram transportados da floresta para a comunidade.

Vale ressaltar, ainda, que os animais silvestres que vivem na comunidade juntamente com os habitantes vivem soltos, conforme é mostrado na Figura 13.

¹² Porcão = Porco do mato (FAMÍLIA 21).

Figura 13 – Animais silvestres domesticados na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Anta (*Tapirus terrestris*) - (A) e papagaios (*Amazona aestiva*) - (B)
Fonte: Autoria própria.

Os animais domesticados da Figura 13, como já citados, residem junto com as pessoas da comunidade de maneira livre, não havendo um único dono, uma vez que todos os moradores em conjunto cuidam dos referidos animais. Sendo assim, nesse mesmo espírito de comunidade é realizada outra atividade: a coleta da castanha do Brasil, que está no próximo item a ser abordado.

4.2.4 Extrativismo vegetal

O extrativismo vegetal na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, está dividido em dois itens: extrativismo madeireiro e extrativismo não-madeireiro, sendo que o último item corresponde à coleta de frutos de árvores encontradas na floresta, cipós e folhas.

4.2.4.1 Extrativismo vegetal madeireiro

A atividade de extrair madeira na floresta em torno da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, é executada por algumas famílias, sendo que a Família 7 descreve a realização da atividade da seguinte forma:

“Nós tiramos madeira nas matas que estão ao norte da comunidade, mas aqui atrás do povoado também. Depende do tipo de madeira que se precisa, pois para construir barco é um tipo e para construir casa é outro tipo, e para retirar madeira sempre a gente se reúne em alguns homens para ajudar a

carregar. Quando a gente tira a madeira aí pra cima (norte da comunidade), a gente amarra madeira e arrasta com o barco até a comunidade.” (FAMÍLIA 7).

O desenvolvimento econômico advindo nos últimos anos trouxe um maior poder econômico aos moradores, que preferem pagar a outros homens para retirarem a madeira, fazendo com que tal ação seja realizada apenas por alguns moradores. O tipo de madeira retirada não foi nomeada pelos moradores por medo de crime ambiental e pela ausência do conhecimento, mas vale enfatizar que toda a madeira retirada é utilizada na construção de barcos ou de casas, e apenas na comunidade – esta modalidade de extração vegetal é realizada somente para a subsistência.

Após retirar a madeira e transportar para a comunidade, essa madeira passa por uma marcenaria – construída na própria comunidade – para ser trabalhada e transformada em tábuas que serão utilizadas na construção, como pode ser observado na Figura 14.

Figura 14 –Local de beneficiamento da madeira na Comunidade Terra Preta, Caracará/RR.



Marcenaria (A); Tábuas utilizadas para construção de casas (B); Madeira sendo utilizada na construção de assoalho de uma casa (C)
Fonte: Autoria própria.

Além da extração da madeira, existe a coleta de frutos e da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), que teve um papel muito importante na história de formação da comunidade. Tal ação de coleta ainda desempenha, nos dias atuais, uma atividade de muita importância para toda a comunidade em geral, no âmbito econômico.

4.2.4.2 Extrativismo vegetal não madeireiro

A castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), conhecida como castanha do Brasil, castanha da Amazônia, dentre outros nomes, é uma semente abundante no Norte do Brasil e se tornou uma das principais fontes de renda durante o ano. O período da coleta da castanha na Comunidade de Terra Preta se inicia no mês de janeiro e se estende até o mês de julho, sendo que os locais de coleta ficam atrás da comunidade e nas florestas que margeiam o Rio Xeruiní, no sentido norte.

De acordo com a Família 22, a coleta da castanha funciona da seguinte maneira:

“Nós vamos para o castanhal de barco quando é longe, e levamos uma lona onde fazemos uma cobertura e armamos a rede embaixo. E lá ficamos uma semana, duas e aí depende de cada um. Mas lá no castanhal só Deus nos protege, porque no pé da castanheira dá cobra venenosa por conta dos ouriços quebrados que ficaram dos anos anteriores e tem muito mosquito na mata.”

Na retirada da castanha, a comunidade toda se envolve e participa, uma vez que a coleta da castanha é uma atividade perigosa. Algumas famílias relataram ficar expostas a cobras venenosas que se escondem entre os ouriços que estão no chão, aqueles que caem das castanheiras. Ainda, pelo fato de o ouriço ter uma casca dura, ele se torna uma arma letal quando está em queda livre da castanheira; outro perigo iminente é a exposição aos animais da natureza, como onça, cobras, porcão, pois muitos moradores ficam acampados por semanas no castanhal para realizar a coleta.

Após a coleta vem outro trabalho árduo, que compreende a quebra do ouriço e o transporte da castanha oriunda do seu interior até o barco. Este trabalho é realizado todo a pé, tendo como ferramentas de transporte sacos de fibra por alguns e, por outros, o paneiro¹³, que é fabricado com o cipó de ambé (*Geonoma sp*) retirado

¹³ Cesto construído com palha e muito utilizado para transporte e armazenagem de produtos.

na floresta, “*mas poucas pessoas aqui sabem tecer um cesto, eu mesmo vim aprender com minha mulher*”, conforme relato da Família 12.

Por meio do relato acima, acredita-se que a atividade turística, em seu efeito indireto ou induzido no âmbito econômico (COOPER *et al.*, 2001), também apresenta esses efeitos no âmbito social, pois temos, nesse caso, a falta de manutenção de tradições originais (JENKINS; LICKORISH, 2000) com a perda de habilidades artesanais.

Neste sentido, para a construção do paneiro é necessário retirar o cipó da natureza e, com uma faca pequena, moldar o cipó até ficar com um formato plano e achatado para, então, poder tecer o cesto que, depois de pronto, é colocado nas costas para carregar castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), tucumá (*Astrocaryum aculeatum*) e outros produtos presentes na vida ribeirinha.

Na Figura 15 é possível acompanhar o processo de fabricação do paneiro, desde o ato de moldar o cipó até o processo de tecer o cesto.

Figura 15– Uso do palmeira de ambé pelo moradores da comunidade.



Construção de paneiro com cipó extraído da palmeira de ambé (*Geonoma sp*) (A); Paneiro sendo utilizado pelo morador B); Paneiro pronto para o uso em diversas atividades de coleta (C)
Fonte: Autoria própria.

Após a coleta da castanha, alguns moradores vendem seu produto para um comerciante da comunidade Lago Grande ou para outros comerciantes no Rio Negro, sendo necessário levar por conta própria o produto até o vendedor nos estados vizinhos. Além da castanha, existe a coleta de outros frutos como citado anteriormente, como o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), conforme mostra a fotografia da Figura 16 retirada na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR. A coleta destes frutos acontece em uma escala reduzida pela oferta ser menor na natureza.

Figura 16 – Frutas Típicas da região.



Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) (A); Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) (B) na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR
Fonte: Autoria própria.

O extrativismo vegetal da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), por muitos anos, foi a atividade econômica mais importante da comunidade. Contudo, com o surgimento do turismo, a organização do trabalho na comunidade sofreu alterações para se adaptar à nova atividade oferecida e, por sua vantagem econômica, o turismo se tornou a atividade com maior importância econômica exercida na comunidade, a próxima ação irá abordar isso de maneira mais clara.

4.3 CAPILARIDADE DO TURISMO DE PESCA NA COMUNIDADE DE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR

A atividade de pesca é desenvolvida há muitos anos na Amazônia, pois além de ser grande fonte de alimentação, também é fonte de comércio, renda e lazer. O processo de colonização da região se desenvolveu com grande ênfase nos séculos XVII e XVIII, mas a trajetória da pesca amazônica é mais antiga e sem muitos registros documentais, sendo, durante séculos, as informações relativas à pesca repassadas por meio de viajantes e por alguns registros históricos de maneira isolada (SANTOS; SANTOS, 2005).

A pesca esportiva na Amazônia vem crescendo nos últimos 25 anos e com destaque para o peixe Tucunaré (*Cichla*), sendo um dos fatores principais que justificam o forte crescimento de tal modalidade turística na Amazônia (FREITAS; BATISTA, 1999; SOUZA, FORSBERG; MARSHAL, 2014).

De acordo com Santos e Santos (2005), no período pré-colonial, a pesca tinha apenas o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), a tartatura (*Podocnemis expansa*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*) como principais espécies pescadas. Porém, com a intensidade da pesca, as populações desses animais foram reduzidas de maneira drástica, de tal maneira a chegar à proibição das duas primeiras citadas anteriormente.

O Estado do Amazonas corresponde ao principal local de exploração da pesca esportiva atualmente, com destaque ao médio Rio Negro, sendo que os principais afluentes que sofrem com esta exploração são os rios Aracá, Caurés, Demeni, Jurubaxi, Paduaeri, Quiuini e Unini. O período em que a atividade acontece na região é de outubro a março, em que os rios têm os menores níveis de água durante o ano (FREITAS; INHAMUNS, 2002). Assim, um fator com grande influência no nível das águas na Amazônia é o pulso de inundação¹⁴, que está ligado diretamente com as variações entre 8 e 15 metros do nível dos rios nos períodos de cheia e seca, que estão divididas em enchente, cheia, vazante e seca (SANTOS; SANTOS, 2005).

Com o intuito de regulamentar a atividade de pesca na Amazônia, foram criados Leis, Decretos e Portarias, como a Lei nº 7679/88 e o Decreto Federal nº

¹⁴ Teoria na qual é definida a cheia dos rios como principal força responsável pela existência, produtividade e interações da maior parte dos seres vivos em sistemas lóticos (rios e riachos) de planícies de inundação (JUNK *et al.*, 2011).

221/67, também denominado de Código da Pesca, que é a base para a legislação pesqueira brasileira (PEREIRA, 2004).

A legislação referente à pesca esportiva na esfera nacional é a mesma para todos os estados que estão inseridos na Amazônia. Entretanto, no domínio estadual, cada Unidade da Federação tem autonomia para criar leis específicas que regulamentem a pesca esportiva em seus territórios, como é o caso do Estado de Roraima que aprovou a Lei nº 516, em 10 de janeiro de 2006, que regulamenta a pesca no Estado, enquanto no Amazonas a legislação que regulamenta a pesca é o Decreto nº 39.125, de 14 de junho de 2018. Em outras palavras, cada Estado e município tem autonomia para criar leis que definam os locais de pescas, bem como será realizada a pesca esportiva, desde que não venham a ferir a legislação nacional.

Relacionado com a legislação de regulamentação específica de cada local, têm surgido estudos particulares para cada localidade visando mostrar o potencial econômico que a pesca esportiva tem para ser explorado. Em contrapartida, têm surgido estudos que vislumbram relatar os efeitos que tais atividades trazem para a economia local e para as pessoas que residem próximo aos locais de pesca, bem como estudos relacionados aos efeitos ambientais que surgiram ou que possam ser evitados com a inserção do turismo de pesca esportiva.

O turismo de pesca na Comunidade Terra Preta, segundo a Família 7, *“começou há uns 10 anos. Eu me lembro de ver uns homens limpando a pista do avião, que estava parada a um tempão. Aí foi nesse tempo que o turismo começou aqui”*. Terra Preta tem, segundo relatos das vinte e quatro famílias existentes, duas empresas turísticas em atuação, no ano de 2018: a *River Plate* e a *Xeruiní Sport Fishing*, sendo a primeira empresa atuante há mais tempo na comunidade.

A Figura 17 mostra a pista de avião de pequeno porte existente na Comunidade de Terra Preta.

Figura 17 – Pista de avião na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR.



Fonte: Autoria própria.

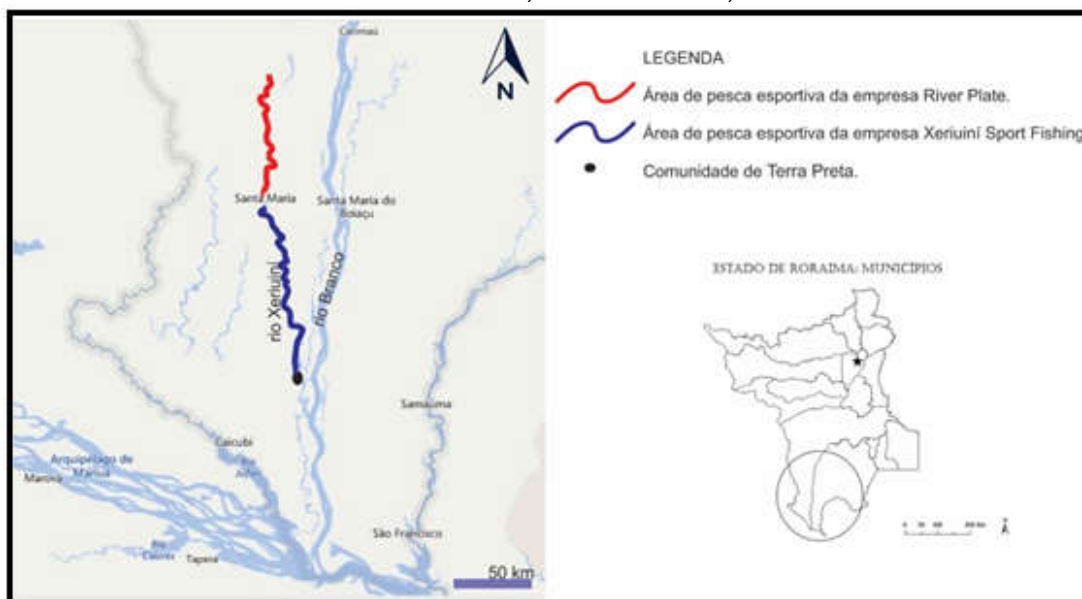
A partir do ano de 2018, de acordo com a Família 2, “*vai ser pago cada avião que descer aqui na comunidade*”. Para se estipular como a empresa irá operar na comunidade, os pagamentos pelo uso da pista de avião são decididos, inicialmente, pelo consenso de toda a comunidade e com as vilas de Lago Grande 1 e Canauini por meio de uma assembleia onde é aprovado o funcionamento das empresas de turismo. Frisa-se que, das 24 famílias participantes desse estudo, 23 participam do turismo de pesca esportiva.

Nesta assembleia, realizada com as três localidades envolvidas com o turismo, são firmados os acordos entre as empresas do turismo e as localidades participantes. Com o acordo, fica estipulado o valor dos pagamentos que devem ser realizados à associação de moradores de cada localidade, assim como as áreas onde a pesca é permitida para cada empresa. Identifica-se, desta maneira, a participação da comunidade da região por meio de consenso na assembleia, o que retrata como o grupo se estruturou e reconheceu o seu empoderamento social (SCHEYVENS, 1999).

Após a aprovação local das propostas colocadas pelas empresas de turismo às comunidades, é firmado o acordo em documento escrito, sendo este entregue ao presidente da associação de moradores que fica incumbido, então, de levar o documento até a prefeitura do município para que seja oficializado, pelo poder público, o funcionamento da atividade turística no local, conforme relatos da Família 5.

Em conversa com várias famílias a respeito das propostas de cada empresa, foi construído um mapa que demonstra o local estipulado na assembleia onde cada empresa atuou no ano de 2018 e, com esses dados, elaborou-se um mapa no programa Corel Draw que está expresso na Figura 18.

Figura 18 – Delimitação no Rio Xeruiní do local de pesca das empresas atuantes na Comunidade de Terra Preta, Caracarái/RR, no ano de 2018.



Fonte: Autoria própria.

Conforme a Figura 18, a primeira área demarcada corresponde à área da empresa *Xeruiní Sport Fishing* tendo como ponto final o local da extinta vila de Santa Maria do Xeruiní, enquanto que a segunda área de pesca esportiva tem como demarcação inicial a vila de Santa Maria do Xeruiní e segue indefinida no sentido norte do Rio Xeruiní.

Para garantir à preservação dos peixes existentes no Rio Xeruiní, as comunidades de Terra Preta, Lago Grande e Canauni se uniram e realizaram um acordo proibindo a pesca de base comercial no rio e a pesca de subsistência no caso do Tucunaré (*Cichla*). Ainda, para garantir que nenhum pescador externo entre no rio,

foi organizado um local de vigilância na entrada do Rio Xeruiní, no ponto onde ocorre o acesso ao lago do limão e ao Rio Branco.

A realização da vigilância no Rio Xeruiní se dá pelas três comunidades que se revezam em uma escala que funciona de forma mensal. O vigilante fica no posto de trabalho 24 horas por dia sem nenhum armamento de fogo e, em caso de ocorrência, o mesmo aciona os moradores das comunidades envolvidas com o turismo que se unem e enviam um barco ao encontro do invasor, que é advertido.

Na Figura 19 é possível encontrar a localização da Comunidade de Terra Preta, além de se visualizar a única entrada por via hídrica para a comunidade que é pelo Rio Xeruiní, tendo o ponto amarelo da Figura 19 como o local onde é realizada a vigilância do rio, o que permite interceptar quem venha pelo lago do limão ou do Rio Branco ao local.

Figura 19 – Localização da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

O relato das famílias entrevistadas 11 e 23 afirma que o turismo acontece no verão, variando o dia de início e o dia de fim de acordo com a vazante do rio, sendo o período seco de setembro a fevereiro. As empresas de turismo contam, assim, com uma logística que inclui o preparo para a temporada, com a limpeza da pista de pouso de aviões de pequeno porte que é feita pelos moradores da comunidade contratados

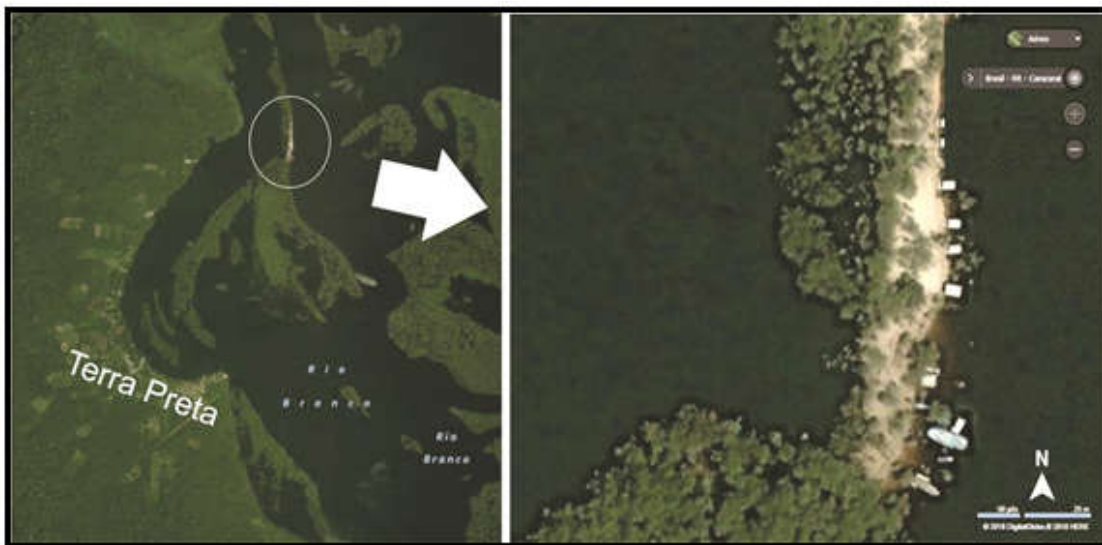
pela empresa, uma vez que o meio de transporte utilizado pelo turista que viaja de Manaus à Comunidade ocorre por via aérea.

De acordo com 12 famílias entrevistadas na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, por semana chega uma média de 8 a 12 turistas, geralmente aos sábados, e regressam no sábado seguinte. No momento do desembarque da aeronave, o turista logo é abordado pelas crianças da vila que oferecem seus serviços de carregamento de malas, por alguns dólares, do local do pouso até o barco no porto principal da comunidade, sendo esse trajeto realizado a pé.

Lembre-se que a quantidade de turistas pode gerar efeitos negativos no que se refere aos âmbitos social e ambiental. Isso porque, como já pontuado por Vasconcelos e Coriolano (2008), não é adequado a quantidade de turistas ser superior a quantidade de pessoas nas regiões foco da atividade turística.

As empresas turísticas contam, ainda, com acomodações flutuantes que ficam atracadas às margens das praias do Rio Xeruiní. Estas acomodações constituem-se de pequenas cabanas que são disponibilizadas pela empresa turística *River Plate*, conforme mostra a Figura 20.

Figura 20 – Localização das cabanas flutuantes na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Bing Mapas (2018).

Os alojamentos, chamados de cabanas flutuantes, ficam na comunidade apenas no período de execução do turismo, uma vez que, após o término da temporada, toda estrutura é levada embora. Esses alojamentos contam com certo

conforto para atender o turista, oferecendo, em cada cabana, os seguintes itens: água aquecida, ar-condicionado, banheiro privativo, energia elétrica, telefonia e internet, o que pode ser visualizado na Figura 21.

Figura 21 – Interior e exterior das cabanas flutuantes da empresa *River Plate*.



Fonte: River Plate (2018).

A Figura 21 retrata a estrutura física ofertada por uma empresa turística, sendo possível observar, na imagem, a parte interna do local, onde o turista realiza as refeições, podendo-se confirmar o conforto ofertado pela empresa turística ao oferecer ambiente climatizado em uma cabana móvel no meio da floresta amazônica, proporcionando maior comodidade ao turista.

Nessa questão, o trabalho de Cooper *et al.* (2001) é trazido ao afirmar que, no âmbito econômico, o turismo deve ser analisado, minuciosamente, a fim de concluir

que há efeitos econômicos. Isso porque, os autores indicam que há uma análise acerca dos efeitos indiretos e induzidos e, ainda, o deslocamento de mão de obra de outros setores – o que se percebeu ao longo desse estudo, pois a atividade turística ganhou mais atenção e desviou grande parte das famílias de outras atividades.

A outra empresa atuante na Comunidade de Terra Preta é a *Xeruiní Sport Fishing*, que conta com seis quartos que podem acomodar até 18 hóspedes no total, ofertando o conforto de ar-condicionado nos quartos e na área de refeições e banheiro privativo em cada quarto. No entanto, diferente da outra empresa atuante na comunidade, a empresa *Xeruiní Sport Fishing* não conta com cabanas flutuantes individuais e água quente. A estrutura da empresa *Xeruiní Sport Fishing* pode ser vista na Figura 22.

Figura 22 – Interior e exterior acomodações da empresa *Xeruiní Sport Fishing*.



Fonte: Autoria própria.

A atividade de pesca esportiva é iniciada pelas duas empresas nas primeiras horas do amanhecer e segue até o anoitecer, confirmando o estudo realizado por Gomiero e Braga (2003) em que afirmam que o horário ideal para a pesca do tucunaré,

principalmente o da espécie amarela (*Cichla monoculus*), é no horário das 9 às 15 horas e com maior frequência em dias ensolarados.

O local de pesca no Xeruiní é decidido pelo condutor do barco em acordo com as preferências do cliente, já que a satisfação do mesmo influencia na gorjeta paga ao condutor da embarcação (BOULLON, 1997). Porém, vale ressaltar que nem todo turista vai à comunidade para pescar, como afirma a Família 5: “*tem deles que vem só filmar, ficar andando, olhando tudo aqui*” em busca, apenas, de realizar filmagens, de conhecer a floresta e descobrir animais e plantas nunca vistos antes no seu cotidiano.

Para atender esse turista que vem com o intuito de pescar, desbravar ou simplesmente conhecer a Amazônia, as empresas turísticas atuantes no local contratam alguns moradores, a cada temporada, que trabalham nas funções de piloto, vigia, camareira, garçom e ajudante de cozinha, bem como na logística de transporte de materiais (WALPOLE; GOODWIN, 2000).

Os pilotos realizam a condução dos barcos e levam os turistas aos locais propícios de pesca do tucunaré, valendo ressaltar que a gorjeta de tal função é diretamente ligada à satisfação do cliente. A função de camareira é responsável por lavar as roupas dos clientes e organizar os quartos, a qual também recebe gorjetas, mas com valores inferiores ao do piloto.

Faz-se importante destacar que todas as funções, como qualquer trabalhador, recebem a quantia referente ao trabalho de uma semana baseado no salário mínimo, sendo esse pagamento efetuado em moeda brasileira pela empresa, enquanto a gorjeta é dada pelo turista em dólar e diretamente ao funcionário. As demais funções recebem a porcentagem referente ao trabalho de uma semana, sendo que a função de vigia e de logística são as únicas atividades que não recebem gorjeta.

Entretanto, além do pagamento aos funcionários, as famílias relataram que a empresa de turismo paga uma quantia baseada no lucro da temporada, e que esse dinheiro é repassado à associação de moradores de cada comunidade (LAWSON; WILLIAMS; COSENS, 1998; SCHEYVENS, 1999). Muitas vezes, contudo, tal dinheiro é motivo de desentendimento entre os moradores que alegam não enxergar as benfeitorias que o dinheiro deveria trazer à comunidade em geral, como afirmam as Famílias 2 e 6.

No ano de 2018, a Família 2 relatou:

“Nesse ano, a associação de moradores da Comunidade de Terra Preta recebeu 17.000,00 Reais da empresa turística, dinheiro esse que chegou causando briga, pois alguns moradores falaram para investir o dinheiro no posto de saúde, que não funciona, e no barco da comunidade, que precisa de reparos, mas acabou que ninguém concordou e o dinheiro foi dividido entre todos os moradores que não são servidores públicos.”

No ano de 2018, 15 famílias afirmaram trabalhar no turismo, colocando a atividade turística como fonte de renda, por gerar emprego (LAWSON; WILLIAMS; COSSENS, 1998; BRASIL, 2010), por mais que seja temporário. Mas vale ressaltar que para trabalhar em determinadas funções do turismo é necessária a participação em um curso que é oferecido pela empresa sobre comunicação e execução de determinadas tarefas, curso este que, inicialmente, era ofertado na própria comunidade e, atualmente, está sendo ofertado na cidade Manaus/AM, com os custos pagos pela empresa turística.

O trabalho dos moradores de Terra Preta na empresa de turismo é organizado pela associação de moradores, que delimita a escala semanal de cada função. Porém, em entrevista, os moradores mencionaram que tal escala foi apresentada de maneira desigual, sendo que alguns moradores trabalharam 6 ou 5 semanas na mesma temporada, enquanto determinados moradores trabalharam apenas 1 semana na temporada, gerando certa desunião entre os habitantes. Desta forma, foi descrita a relação atual entre os residentes como algo meramente comercial, em que algumas famílias relataram que, no passado, isso não acontecia, além de

“Hoje não se tem mais o espírito familiar e, sim, o comercial, mesmo em uma ação simples de empréstimo de uma bomba de encher pneu, como aconteceu aqui, que me cobraram dois reais para usar uma bomba sendo que aqui todo mundo empresta as coisa quando precisa. Foi por isso que eu coloquei um compressor na época pro pessoal encher pneu de graça aqui em casa.” (FAMÍLIA 2).

Essa desunião vivenciada pela comunidade, ao questionar a lucratividade da atividade turística, é reflexo do que Scheyvens (1999) afirmou, ou seja, que o maior lucro do turismo é destinado aos grandes operadores. Além disso, esse grupo vive uma dialética: de um lado a comunidade participa autorizando os operadores turísticos, de forma consensual, por assembleia e, por outro, em alguns depoimentos, observa-se desunião, falta de coesão (SCHEYVENS, 1999) sobre o investimento a ser feito proveniente da renda do turismo de pesca esportiva. Portanto, não há integração, coesão e empoderamento social mencionado pelo autor que é possível ocorrer a partir do turismo.

O perfil do turista que frequenta o Rio Xeruiní é descrito pelos moradores e funcionários das empresas turísticas como sendo homem, com idade superior aos 45 anos, branco, alto, forte, bem vestido, educado e com aparência de ser rico. As famílias relataram que a maioria dos turistas vem dos Estados Unidos, sendo que as outras regiões são: Brasil, Japão, China, Rússia, Argentina e Chile.

Esse turista com idade média de 45 anos tem despertado nos moradores da Comunidade de Terra Preta a preocupação com o ambiente, sendo que ele não fala português e repreende as pessoas que jogam lixo fora do devido local, ou o morador que pesca o tucunaré, alegando para deixar o referido peixe a ele que é o turista. Essa colocação ressoa nas palavras de Poletti (2013) ao frisar que, por meio da atividade turística, é possível ocorrer o que se chamou de efeito demonstração, ou seja, a comunidade integra atitudes e comportamentos dos turistas. Tais ações têm transformado a relação existente entre o morador local e o ambiente, não somente pelo aspecto ambiental com a degradação da natureza, mas pela relação do homem não querer mais cultivar a roça alegando que o dinheiro que ganha do turismo gera menos esforço físico.

Com o capital oriundo do turismo, os moradores relatam ter comprado aparelhos de televisão, barcos e geladeiras que, antes, eram completamente inviáveis, sendo vista a vida atual como maravilhosa graças ao turismo (FAMÍLIA 8).

Todavia, ainda na questão ambiental, a atividade do turismo é vista pelos moradores como algo benéfico à Comunidade de Terra Preta, proporcionando retração do desmatamento e preservação dos peixes e animais (SMITH, 1989; BRASIL, 2010), Consoante a Família 5, *“o cuidado que a gente tem com o peixe, para ninguém de fora vir pescar é grande”*, além de outras ações que são estimuladas na vila, como as citadas pela Família 7: *“uma vez fizeram uma reunião com a equipe do turismo, ensinar a Comunidade de Terra Preta a manter limpo o ambiente da comunidade, com a queima do lixo”*, o que configura, aos poucos, uma nova relação com a natureza que vem sendo reconfigurada com o turismo.

Em entrevista, foi possível encontrar informações referentes à alteração do ambiente em Terra Preta quando a Família 14 foi questionada sobre os efeitos no ambiente que apareceram após a chegada do turismo, momento em que afirmou que: *“houve diminuição da roça e na quantidade de peixes, porque hoje esse povo novo não quer mais saber de plantar nada, compra tudo”*.

As mudanças trazidas pela atividade do turismo foram inseridas na comunidade por meio de acordo em que foram estipuladas ações, como a proibição da pesca do tucunaré, pela comunidade, no Rio Xeruiní, e a estimulação à população ribeirinha a aumentar a caça para equilibrar a base da alimentação local, gerando uma diminuição na pesca no local e um aumento da caça.

Em relação à diminuição da roça, que também foi citada pelas famílias, um dos motivos é explicado pela Família 10: “*o turismo é um trabalho que paga melhor e exige menos força e trabalho*”, e que pode ser complementado com a fala da Família 17 ao afirmar: “*o dinheiro proveniente do turismo é um dinheiro rápido e com pouco esforço físico*”, sendo que na roça, para ser obter lucro, é necessário aguardar meses após o plantio. Sendo assim, a atividade do turismo se torna mais atrativa, uma vez que, além de gerar uma remuneração financeira maior, o roteirista, por exemplo, chega a receber de US\$ 500 a US\$ 600 dólares semanais como gorjeta no turismo de pesca, segundo a Família 5.

Com a vantagem econômica da execução do turismo, a roça de subsistência cultivada por cada morador está diminuindo, pois o novo modelo econômico levou muitos moradores a trocar o serviço pesado e demorado da roça pela facilidade de se ter mais dinheiro e poder comprar comida e outras coisas.

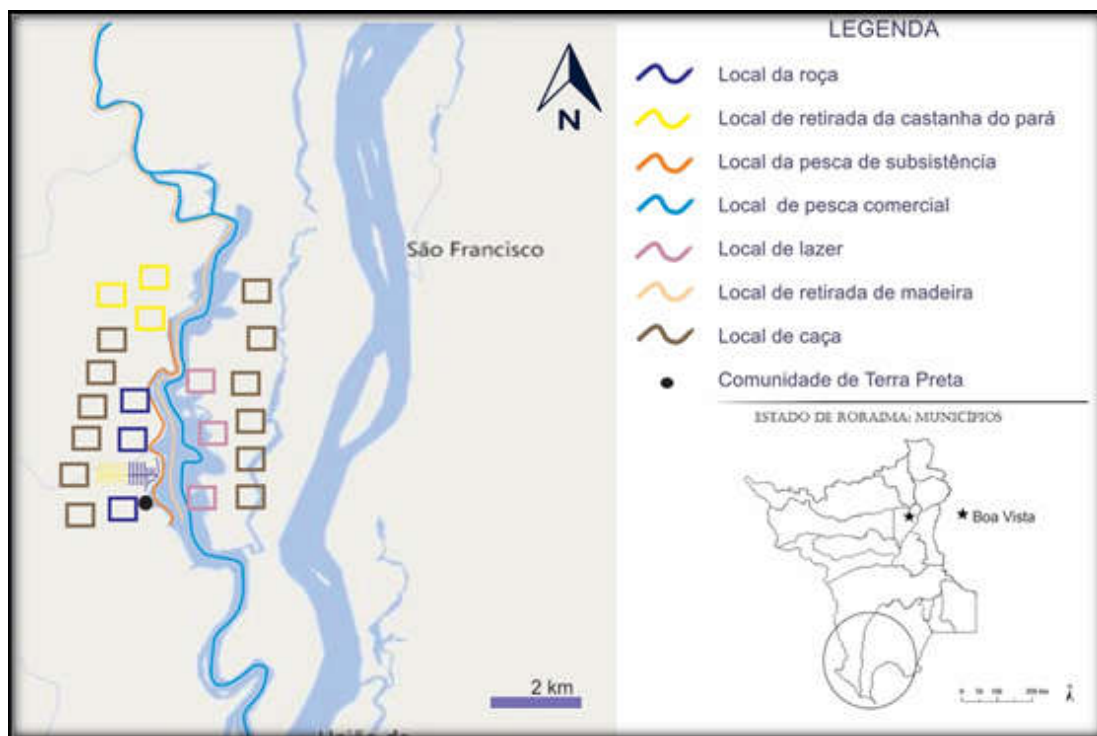
Desta forma, outro ponto importante que foi alterado pela presença do turismo foi a pesca do tucunaré, que ficou limitado apenas aos turistas, estimulando a população de Terra Preta a caçar mais para suprir a carência gerada pela falta da carne deste peixe que, consoante relata a Família 11, tem uma “*carne gostosa*”.

Pensando nesta perspectiva de mudanças ocorridas com a chegada do turismo, foi perguntado às famílias da comunidade quais são as atividades econômicas realizadas durante o ano para se obter o sustento da casa, sendo que o resultado obtido foi: vinte e quatro famílias da comunidade realizam pesca de subsistência, vinte e uma famílias realizam extrativismo, vinte famílias praticam caça, quinze famílias têm alguma roça e 10 famílias desenvolvem pesca comercial. No entanto, vale salientar que a pesca de subsistência realizada é executada às margens do Rio Xeruiní, sendo que as principais espécies pescadas são: Pacú (*Mylossoma spp*), Aracú (*Schizodom sp.*), Matrinxã (*Brycon*), Piranha (*Pygocentrus nattereri*), Jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*), Cará (*Geophagus brasiliensis*) e Surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*).

4.3.1 Mudanças ambientais e sociais provenientes da atividade turística

Com a chegada do turismo, o trabalho empreendido pelos moradores na comunidade foi sendo organizado de uma nova maneira para possibilitar a execução do turismo, de modo que o morador da Comunidade de Terra Preta, em busca de sobrevivência, se readaptasse à nova forma de trabalho que lhe foi ofertado. Na Figura 23 está representado o local das atividades empreendidas na Comunidade de Terra Preta, anterior à chegada do turismo; ressalta-se que esta figura foi construída com dados fornecidos pelas famílias que indicaram o local onde era realizada cada atividade.

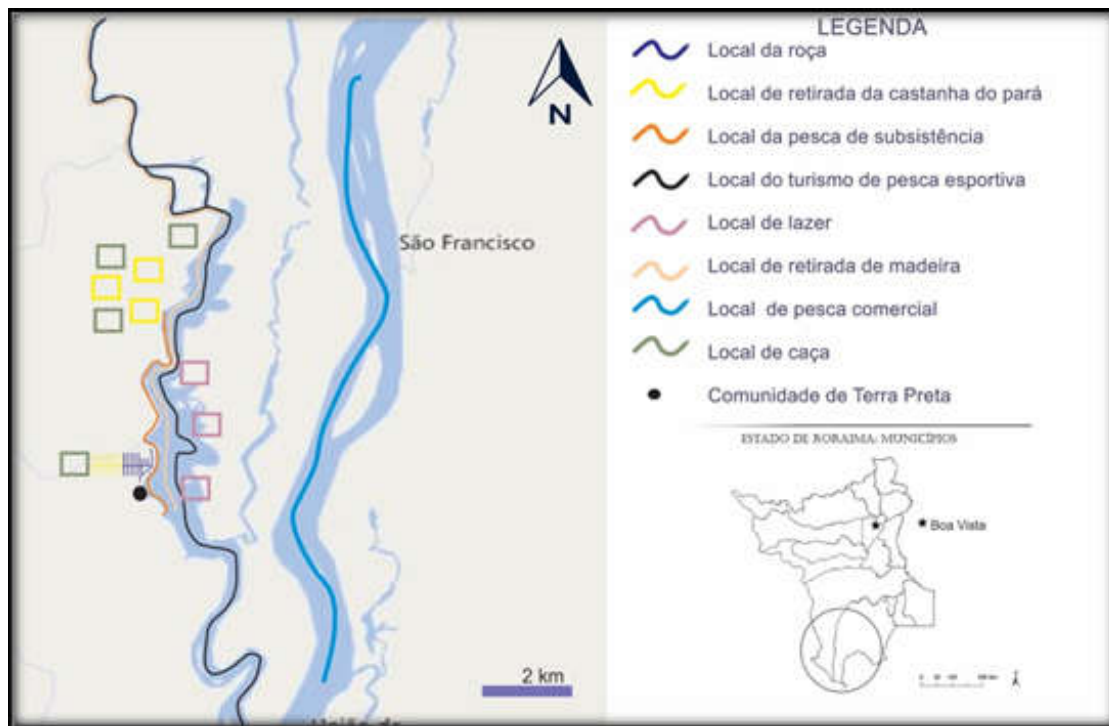
Figura 23 – Diversidade do trabalho anterior à chegada do turismo na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

Após a elaboração da Figura 23, questionou-se as famílias para a configuração espacial existente no ano de 2018, com vistas a se construir outra figura que mostrasse em qual local e quais as atividades surgiram ou deixaram de ser realizadas; com isso, foi elaborada a Figura 24.

Figura 24 – Diversidade do trabalho após a chegada do turismo na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR.



Fonte: Autoria própria.

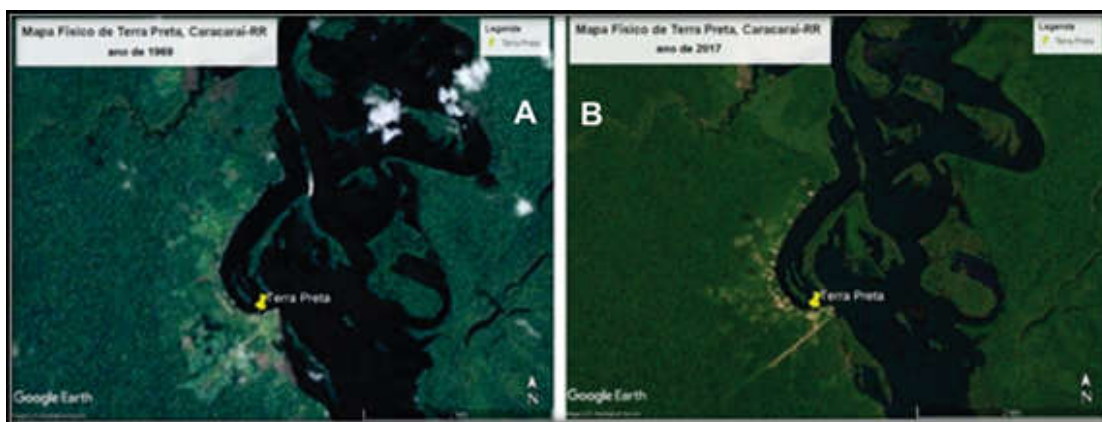
Comparando as figuras 23 e 24, é possível observar a existência de alterações nas atividades realizadas na Comunidade de Terra Preta a partir da retração de algumas atividades, como a roça, o desaparecimento da pesca comercial e o surgimento do turismo. Entretanto, vale enfatizar que as mudanças ocorridas estão intimamente ligadas à presença do turismo de pesca esportiva, bem como com as regras estipuladas pela comunidade junto às empresas turísticas.

Neste sentido, para Morin (2005), a estratégia de vida, de adaptação de um indivíduo em determinado ambiente surge não somente para a substituição do indivíduo em determinadas condições impostas pela natureza, mas também para a construção de relações entre os seres. Sendo assim, a própria adaptação humana ao ambiente varia e se transforma a cada situação, sendo o turismo um exemplo de uma situação.

A nova configuração de trabalho oferecida pelo turismo gera dinheiro de maneira mais rápida e fácil, mas estimulou a retração da roça, como já citado anteriormente, uma vez que a roça necessita de uma demanda maior de esforço físico, além de gerar um retorno financeiro baixo. Essa diminuição da agricultura pode ser

observada na Figura 25 com imagens extraídas do Google Earth Pro, que mostra a extensão da roça no ano de 1969 e 2017 na Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR.

Figura 25 – Imagem de satélite da Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR referente ao ano de 1969 (A) e referente ao ano de 2017 (B).



Fonte: Google Earth Pro (2018).

Nessa perspectiva, identifica-se que algumas famílias deixaram determinadas atividades de lado para executar outras, como, por exemplo, deixar de caçar, pescar e plantar, que são tarefas que constroem a paisagem desse ambiente, para realizarem outras atividades oferecidas pelo capital juntamente com o turismo, como: ser piloteiro, garçom, vigia, camareira e cozinheira.

Esse processo de execução do turismo não apaga o conhecimento cultural e imaterial dos moradores, mas se sobrepõe a paisagem ali construída anteriormente pela população, mostrando essa nova construção como algo melhor, mais rentável e que leva essas pessoas a deixar de lado as antigas tarefas e a realizarem as novas oferecidas pelo capital, em uma escala que tende a gerar uma ocultação temporária da paisagem criada anterior ao turismo.

E como o turismo não acontece o ano inteiro, a população ainda mantém vivos os saberes referentes a roça, a coleta da castanha, a caça e a pesca, pois quando termina a temporada da pesca esportiva, a comunidade volta para suas atividades tradicionais, mudando apenas a carga de trabalho em função da nova configuração do trabalho que os moradores criaram, com novas estratégias em busca da sobrevivência; um exemplo dessa nova estratégia é a mudança do local da realização da pesca comercial, com a proibição da pesca do tucunaré (*Cichla*) na pesca de

subsistência. Toda essa nova configuração gera uma estratégia de invisibilidade que oculta e coloca as atividades executadas neste ambiente em uma espécie de férias para poder receber o turismo.

A Comunidade de Terra Preta, como qualquer outro local, tem sua cultura, sua forma de organização espacial, seus valores e seus costumes que foram alterados de maneira que permita a execução do turismo, conforme relato que segue:

“As mulheres aprenderam umas comidas novas com o povo do turismo, por conta dos clientes, e os homens aprenderam a falar melhor e a falar inglês para se comunicar com o cliente e, ainda, tem um curso que é pago pela empresa do turismo e tem gente que faz em Manaus.” (FAMÍLIA 2).

Vê-se que há uma dialética vivenciada por essa comunidade quanto as decisões coletivas de autorização e reinvestimento do lucro do turismo. Da mesma forma, quando se menciona que os moradores são qualificados a fim de atenderem os turistas, outra dialética se estabelece: há qualificação dos moradores, no sentido do que Rezende (2008) pontua, ou seja, a comunidade, na atividade turística, é excluída da atividade por não ter qualificação que atenda os turistas.

Outro exemplo de adaptabilidade em busca da vida foi observado na confecção de artefatos com sementes da Amazônia: as mulheres residentes na comunidade observaram que tal atividade é apreciada pelos turistas e, com isso, começaram a se dedicar, no período de funcionamento do turismo, a fabricar os produtos com sementes em busca de lucro econômico. A Figura 26, traz a imagem de alguns destes produtos confeccionadas na Comunidade de Terra Preta.

Figura 26 – Artesanato produzido em Terra Preta, Caracará/RR.



Fonte: Autoria própria.

Em visitas realizadas à Comunidade de Terra Preta, nos anos de 2017 e 2018, foi possível afirmar a existência de mudanças sociais, ambientais e econômicas na localidade. Sendo assim, para o turismo se reproduzir foi necessário se apropriar de espaços e de recursos neles contidos, agindo de maneira a propiciar a desterritorializar e a reterritorializar por meio da produção de novas configurações geográficas.

E o turismo, como atividade capitalista, foi inserido em Terra Preta e trouxe mudanças para a comunidade, como já foi dito anteriormente, por meio da geração de empregos e aumento do poder aquisitivo dos moradores, mas também causou alterações na dinâmica da comunidade, nas relações entre o homem e a natureza e nas alterações de cunho social, as quais fazem com que o morador se readapte à nova configuração imposta pelo turismo de maneira silenciosa.

Em pesquisa de campo, e corroborando com a Família 19, foi constatado que quinze famílias têm algum familiar que trabalha no turismo, sendo que oito trabalham como roteiros, seis como ajudantes de cozinha, quatro como camareiras, dois como garçons, 2 como vigias, 1 na logística de transporte de materiais e 1 na manutenção

da pista de avião. O turismo, desta maneira, está gerando emprego para uma média de 37 pessoas da Comunidade de Terra Preta, de acordo com os dados fornecidos pelos moradores da comunidade.

De acordo com Nogueira (2006), os moradores de algumas localidades do baixo Rio Branco, onde acontece o turismo, avaliam a atividade turística como otimista por ser uma fonte geradora de empregos e renda. Assim sendo, durante a temporada do turismo há efeitos econômicos na comunidade, bem como disputa entre os moradores pela vaga de trabalho. Ainda, outro ponto que vale ser ressaltado é a mobilidade de pessoas motivadas pelas oportunidades do turismo, uma vez que, no período da temporada turística, algumas pessoas se deslocam para trabalhar em comunidades onde o turismo está presente para exercerem funções de cozinheiros e piloteiros, como acontece com alguns moradores próximo a Comunidade de Terra Preta.

Figura 27 – Utilização dos recursos naturais pela comunidade.



Extração de cipó para remédio (A); Horta construída com madeira local (B)

Fonte: Autoria própria.

Neste sentido, pode-se dizer que as famílias se adaptaram ao ambiente e utilizam seus conhecimentos para a sobrevivência, seja pela coleta da castanha que a natureza oferece, seja pela construção do paneiro a partir do cipó e/ou pela retirada de elementos do ambiente para a fabricação de remédios, caracterizando um conhecimento imaterial carregado pelos moradores ou pela criação de novas estratégias para atender ao turismo que hoje impera como atividade econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação buscou apresentar os efeitos do turismo de pesca esportiva na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR. O turismo de pesca esportiva está em funcionamento nesta comunidade há mais de 10 anos, trazendo consigo alterações consideráveis no ambiente físico e social da comunidade, favorecendo, assim, a melhoria do aumento econômico com a geração de empregos e o crescente poder de compra dos moradores.

Então, para atender esse turista que vem com o intuito de pescar, desbravar ou simplesmente conhecer a Amazônia, as empresas turísticas atuantes no local contratam alguns moradores a cada temporada que trabalham na função de piloto, vigia, camareira, garçom, ajudante de cozinha e na logística de transporte de materiais.

Outra alteração física que foi muito destacada pelas famílias da comunidade é o melhoramento das casas que são de madeira com paredes de tábuas e cobertura com telhas, as quais, no passado, eram moradias construídas com madeira sem nenhum tratamento e telhado de palha. De acordo com a maioria das famílias entrevistadas antes do turismo o dinheiro era muito difícil, na medida que o único trabalho que gerava renda era a venda de castanha. E, com a chegada do turismo, os habitantes tiveram condições econômicas que permitiram a pintura das casas e a compra de vários aparelhos eletrônicos, como televisão, antena parabólica, geladeira, liquidificador, etc.

Ainda, outra mudança econômica observada na Comunidade de Terra Preta foi a organização do trabalho, pois o turismo se mostrou como uma atividade econômica mais rentável quando comparada com a roça, bem como com um retorno mais rápido. Para tanto, as famílias optaram por se dedicar mais para o turismo, deixando a agricultura de lado e gerando um impacto positivo ao ambiente pela diminuição do desmatamento para o cultivo agrícola.

Relativo às mudanças sociais advindas com a presença do turismo, tem-se a disputa pelo dinheiro que circula na comunidade, uma vez que é possível afirmar que o turismo gera renda e emprego, contudo não alcança todos os moradores e, com isso, cresceu a competição por participação nessa atividade, que foi descrito pelas famílias como algo que tem gerado muita desunião entre os moradores. Identificou-se, ainda, que o conhecimento imaterial carregado por cada morador que, em meio a

falta de dinheiro e de infraestrutura, tem se adaptado aos recursos que a natureza do local oferece, conhecendo, assim, onde se tem castanha e cupuaçu, bem como onde se pode plantar algo ou, simplesmente, coletar alguma folha ou planta para determinada enfermidade e realizar estas atividades com uma naturalidade.

Por meio de observação realizada na comunidade, é possível afirmar que, com a retração da pesca, houve um aumento da caça, de maneira de velada, já que se todos têm conhecimento da legislação vigente, a qual impõe restrições quanto ao abate de determinados animais.

Para a agricultura, pode-se dizer que houve uma diminuição na quantidade de famílias envolvidas, pois, com a entrada de subsídios governamentais, e outras fontes de recursos os moradores passaram a ter maior poder de compra alinhada a uma oferta de produtos com a ampliação do comércio no local.

Observou-se, também, um crescente engajamento da comunidade em atividades diferentes das habituais, que passaram a ter um peso cada vez maior na renda dos moradores. E, de acordo com a percepção dos moradores da Comunidade de Terra Preta, as novas ocupações de trabalho trouxeram “*progresso*” (FAMÍLIAS 11 e 21), havendo, assim, uma inversão dos trabalhos empreendidos anteriormente, como a caça, a agricultura, a pesca e o extrativismo pela maior ocupação dos moradores com o turismo. Contudo, dentre as antigas ocupações que ainda são desenvolvidas em Terra Preta tem-se as seguintes: roça, pesca, caça e extrativismo vegetal em menor escala.

De acordo com Tuan (2012), as experiências vividas por cada indivíduo jamais podem ser sentidas por outro indivíduo com igual teor, caracterizando como algo pessoal e intrasferível, bem como o conhecimento imaterial que o morador de Terra Preta carrega. Quando o turismo está acontecendo, o habitante de Terra Preta coloca de lado suas atividades habituais de caça, coleta, roça e extrativismo para trabalhar apenas no turismo, gerando uma invisibilidade destas atividades e uma sobreposição em que o capital fala mais alto e com maior força.

No entanto, tal ação de sobreposição do turismo sobre outras atividades existentes na Comunidade de Terra Preta gerou uma nova configuração ambiental e social, a qual pode ser desfeita assim que a sazonalidade do turismo termina, sendo apenas uma estratégia de sobrevivência empregada pelos moradores da comunidade no período de funcionamento, como uma estratégia de adaptabilidade.

Esta pesquisa foi de grande relevância à medida em que se publiciza a dinâmica de uma comunidade ribeirinha com o turismo, além de descobrir uma nova perspectiva de vida por meio da análise das alterações ambientais, sociais e econômicas advindas desta atividade.

No que se refere à limitação do estudo, tem-se que os argumentos coletados e interpretados pelo pesquisador, podem, não ser sido captados em sua essência em função dos símbolos empregados pelos entrevistados que, individualmente, atribuem significados a esses (YIN, 2016). Além disso, o fato de não ser o período de turismo em Terra Preta, não houve a possibilidade de coletar dados diretamente com os turistas, podendo realizar uma triangulação de fontes.

Quanto à indicação de estudos futuros, conhecer e compreender as motivações e percepções dos turistas que visitam Terra Preta é pertinente, já que a relevância de se investigar o Turismo, sob a lógica pragmática, é obter e compreender tais motivações.

Portanto, a partir dos estudos de Dias (2003), é possível afirmar que o turismo de pesca esportiva pode gerar efeitos positivos e negativos. Faz-se necessário, então, que todos trabalhem juntos e pautados em um planejamento que contemple em minimizar os efeitos indesejáveis. Desse modo, encerra-se este trabalho, não o estudo do tema, pois o tema é amplo e não se esgota.

REFERÊNCIAS

ALBANO, J. C.; VASCONCELOS, E. C. Análise de casos de pesca esportiva no Brasil e propostas de gestão ambiental para o setor. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Goiânia, [s.v.], n. 28, p. 77-89, jun. 2013.

ALVES, T. J. C. **Aroecosistemas familiares no complexo ambiental Sacai, Baixo Rio Branco, Roraima**. Manaus: 2016. 196p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) - Faculdade de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Região hidrográfica da Amazônia**. 2017. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>. Acesso em: 7 maio 2017.

ARAÚJO, L. M.; BRAMWELL, B. Stakeholder assessment and collaborative tourism planning: the case of Brazil's costa dourada project. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 7, n. 3/4, p. 356-378, 1999.

BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G; CASTELLÓN, E. G. **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro Capa de Alceu Saldanha Coutinho. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e coturismo**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Papyrus, 1995.

BELK, R. Why Not Share Rather Than Own? **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, p. 126-140, may, 2007.

BELTRÃO, O. D. **Turismo: a indústria do século XXI**. Osasco: Novo Século, 2001.

BENI, M. Sistema de Turismo - SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna Teoria de Sistemas. **Revista Turismo em Análise**, v. 1, n. 1, p. 15-34, 1990.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A Teoria da Complexidade e o Ecossistema do Turismo. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v. 19, n. 3, p. 430-457, set./dez. 2017.

BOULLÓN, R. C. **Planificación del espacio turístico**. México: Trillas, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal (CF) do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/constituicao>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília - DF, 18 set., 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo de Pesca: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

BRITO, B. R. O Turista e o Viajante: contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável. In: IV CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2017. **Anais...** 17p. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12642>. Acesso em: 15 out. 2018.

CANIÇO, H. *et al.* **Novos tipos de família: plano de cuidados**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CARDOSO, R. C. **Dimensões Sociais do Turismo Sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais**. São Paulo: 2005. 264 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CARVALHO, T. M. Síntese dos aspectos hidrogeomorfológicos do estado de Roraima, Brasil. **Contribuições à Geologia da Amazônia**, [S.l.], v. 9, [s.n.], p. 435-450, 2015.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Ourism, ecotourism and protected areas**. Switzerland: Gland, 1996.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2007.

CLEMENT, C. *et al.* Diversidade vegetal em solos antrópicos da Amazônia. In: TEXEIRA, W. G. *et al.* (orgs.). **As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua**

Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009. p. 141-161.

CBPE - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PESCA ESPORTIVA. **A pesca esportiva certificada como esporte**. Disponível em: <http://www.cbpe.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2018.

COOPER, C. *et al.* **Turismo Princípios e Práticas**. São Paulo: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. **Conselho Latino Americano de Ciências Sociais**, San Pablo, [s.v.], [s.n], p. 367-378, dez. 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2000.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. 2017. Disponível em: www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/export/.../Relatorio-de-Gestao-2017.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

FANDÉ, M.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no município de Paraty - RJ. **Revista Eletrônica em Gestão e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 18, n. 3, p. 1170-1178, set./dez. 2014.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. São Paulo: ANPOCS, 1991.

FERREIRA, I. C. R. Os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo em Guaramiranga - CE. **Revista Turismo**, Guaramiranga, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2006.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2012.

FREITAS, C. E. C.; BATISTA, V. S. A pesca e as populações ribeirinhas da Amazônia Central. **Brazilian Journal of Ecology**, [s.l.], v. 1, [s.n], p. 32-36, 1999.

FREITAS, C. E. C.; INHAMUNS, A. J. Strategies of small - scale fisheries on the Central Amazon floodplain. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 32, n. 1, p. 1-7, 2002.

FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para o projeto de estudo pluridisciplinar. **Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio/ago. 2006.

GANDARA, J. M. G. *et al.* Viabilizando a relação entre a cultura e o turismo: diretrizes para o estabelecimento de políticas integradas entre os dois setores. **Turismo - Visão e Ação**, v. 8, n. 1 p. 129-140, jan./abr. 2006.

GAWORA, D. **Urucu**: impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás "Urucu" no Estado do Amazonas. Manaus: Valer, 2003.

GOMES, B. M. A.; ROMANIELLO, M. M.; SILVA, M. A. C. Os efeitos do turismo em comunidades receptoras: um estudo com moradores de Carrancas, MG, Brasil. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 4, n. 3, p. 391-408, 2006.

GOMIERO, L. M.; BRAGA, F. M. S. Pesca experimental do tucunaré, gênero cichla (*osteichthyes, cichlidae*), no reservatório da uhe de Volta Grande, Rio Grande (48° 25' – 47° 35' W, 19° 57' – 20° 10'S). **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 29-37, 2003.

GRUNEWALD, R. A. Turismo e o "Resgate" da cultura Pataxó. BANDUCCI JÚNIOR, A.; BARRETO, M. (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2011. 127 p.

HONEY, M. **Ecotourism and Sustainable Development**: Who Owns Paradise? 2nd. ed. Washington: Island Press. 55, 2008.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. **Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

JENKINS, C. L.; LICKORISH, L. J. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

JUNK, W. J. *et al.* The flood pulse concept in river-floodplain systems. **Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, n. 106, p. 110-127, 1989.

JUNK, W. J. *et al.* **Amazonian Floodplain Forests**. Berlim: Springer Netherlands, 2011.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAWSON, R. W.; WILLIAMS, J.; T. Y.; COSSENS, J. A comparison of residents' attitudes towards tourism. **Iburism Management**, New Zeland, v. 19, n. 3, p. 247-256, 1998.

LICKORISH, L. J. **Introdução o turismo**. Trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, P. L. J.; SOUZA, J. M. Valor e categorias de uso dos apetrechos de pesca e das etnoespécies de peixes da comunidade de pescadores artesanais de Sacai, Caracaraí – RR, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Pelotas, v. 10, n. 2, p. 100-109, 2015.

MARTINS, A. L. U. **Conservação da Agrobiodiversidade: saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia**. 2016. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MCGRATH, D. *et al.* Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-23, 1998.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOWFORTH, M. **Eco-tourism: terminology and definitions**. University of Plymouth, Department of Geographical Sciences: Research Report Series, 1993.

NODARI, M. Z. R. **As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu**. Curitiba: 2007. 97 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Faculdade de Economia, Universidade Federal do Paraná, 2007.

NOGUEIRA, E. M. Turismo no Baixo Rio Branco: diagnóstico de capacitação e infraestrutura. **Norte Científico**, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 14-27, dez. 2006.

OLIVEIRA, E. S. Percepção dos autóctones em relação à economia, meio ambiente e ao turismo em Ilhéus-BA. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL-SEMINTUR, v. 4, 2006. **Anais...** 2006.

OMT, O. M. D. T. **Guia do desenvolvimnto sustentavel do turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1-25, 2009.

PEARCE, P. L. A Relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (ed.). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 145-164.

PEREIRA, K. J. C. **Agricultura tradicional e manejo de agrobiodiversidade na Amazônia Central**: um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas. São Paulo: 2008. 222 p. Tese (Doutorado Ecologia Aplicada) – Faculdade de Agricultura Luiz Queiroz, Universidade de São Paulo, 2008.

PEREIRA, S. H. **Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais da várzea**. Manaus: ProVárzea, 2004.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo – Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75-91, 1998.

POLETTI, A. Sistematização dos impactos da atividade turística: etapa preliminar. **Caderno de Estudo e Pesquisas no Turismo**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 155-163, jan./dez. 2013.

PORRO, A. **Povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. São Paulo: EDUSP, 2005.

RECK, G. **Ecoturismo y capacidades de carga**. Palestra apresentada no 1º Curso de Capacitação de Manejo de Áreas Protegidas promovido pela Union Conservation em 1992.

REZENDE, R. O. Milton Santos, Luzia Neide Coriolano e a relação sociedade-natureza no turismo nordestino. **Revista Turismo, Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 306-309, maio/ago. 2008.

RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade, no mundo contemporâneo. In: SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T. (orgs.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papyrus, 1997. Não Paginado.

RICHERS, B. T. T. Agricultura migratória em ambientes de várzea na Amazônia central: ameaça ou sistema integrado? **UAIKARI**, Tefé, v. 6, n. 1, p. 27-37, jun. 2010.

RIVER PLATE PESCA. **Mapa e Links** – mapa dos pesqueiros. Disponível em: <http://www.riverplatepesca.com.br/mapa-pesca-amazonia>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Opções de viagem** – cabanas flutuantes. Disponível em: <http://www.riverplatepesca.com.br/cabanas-flutuantes>. Acesso em: 10 maio 2017.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, v. 2, n. 5, p. 81-90, out./mar. 2000.

SALAZAR FILHO, H. O.; ANDRETTA, R. A.; NOGUEIRA, E. M. **Diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento da atividade de pesca esportiva na região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima**. Belém: Cepnor, 2005. p. 173-195.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição a história do viajar por prazer e por amor a cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002.

SANTOS, G. M. D.; SANTOS, A. C. M. D. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, A. P. D.; BRANT, D.; BRANT, R. M. Direito Internacional e Turismo: uma introdução. **Revista Turismo em Análise - RTA**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 327-344, maio/ago. 2017.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 20, p. 245-249, 1999.

RORAIMA. Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento. **Guia Roraima: Ecologia, História e Cultura**. Boa Vista: Empresa das Artes, 2009.

SILVA, S. H. **Autopoiese nos agroecossistemas da ilha o Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA**. Manaus: 2015. 237 p. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Faculdade de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SILVA, E. I.; LIMA, I. B. O potencial econômico e turístico da pesca esportiva na. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 779-803, dez./jan. 2014, 2015.

SILVA, S. H.; NODA, S. N. A Dinâmica entre as águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 377-386, abr./jun. 2016.

SMITH, V. **Anfitriões e convidados**. Antropología del Turismo. Madrid: Endymion, 1989.

SOUZA, M. J. F. T.; FORSBERG, B. R. M.; MARSHAL, L. B. G. Peacock bass mortality associated with catch-and-release sport fishing in the Negro River, Amazonas State, Brazil. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 44, n. 4, p. 527-532, 2014.

TOMAZZONI, E. L. Dimensão cultural do turismo: uma proposta de análise. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 3, p. 1-15, jul./ago./set. 2008.

TOSQUI, P. Uma breve história do turismo. **Dialogando com o Turismo**, Rosana, v. 1, n. 4, p. 35-42, nov. 2007.

TRIGUEIRO, R. M. **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2014.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes, valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. T. Impactos socio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do estado de Ceará. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VITORIO, L. S. **Turismo de base comunitária**: análise quanto as interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. Caxias do Sul: 2014. 133 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade de Caxias do Sul, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WALPOLE, M. J.; GOODWIN, H. J. Local economic impacts of dragon tourism in Indonesia. **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 3, p. 559-576, 2000.

WEILER, B.; DAVIS, D. An exploratory investigation into the roles of the nature-based tour leader. **Tourism Management**, v. 14, n. 2, p. 91-96, 1993.

WILLIAMS, P. W. Desafios en el manejo del turismo ecológico. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 1, n. 2, p. 142-149, 1992.

APÊNDICE 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Com intuito de alcançar os objetivos propostos para este projeto: Compreender a interferência do turismo na Comunidade de Terra Preta, que será desenvolvido na Comunidade de Terra Preta, venho por meio deste, convidar-lhe a participar desta pesquisa que faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida no programa de Pós-Graduação, Mestrado em Recursos Naturais, tendo como Orientadora a Professora Dra. Georgia Patricia da Silva Ferko, e Co-orientador o Professor Dr. Thiago José Costa Alves.

No caso de concordar em participar desta pesquisa, ficará ciente que a partir da presente data:

- Os direitos das entrevistas respondidas (entrevistas) realizados pelo pesquisador serão utilizados integralmente ou parcialmente, sem restrições;
- Estará assegurado o anonimato nos resultados obtidos, sendo que todos os registros ficarão de posse do pesquisador por cinco anos e após esse período serão extintos. Será garantido:
- Receber resposta e ou esclarecimento de qualquer pergunta e dúvida a respeito da pesquisa;
- Poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo.

Assim, mediante Termo de Livre Consentimento e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa, por estar ciente e não me oferecer nenhum risco de qualquer natureza. Declaro ainda, que as informações fornecidas nesta pesquisa podem ser usadas e divulgadas neste curso de Pós-graduação, Mestrado em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas e apresentações profissionais.

_____ Nome do Participante da pesquisa	_____ Assinatura do Participante da pesquisa	_____ CPF
Daniel de S. Negrão Pesquisador	_____ Assinatura do pesquisador	_____ CPF
Boa Vista (RR), _____ de _____ 2018.		

APÊNDICE 2: Roteiro da Entrevista Semiestruturada

DADOS PESSOAIS							
Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____	Casa n°: _____						
Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____	_____						
Família							
<p>Quantas pessoas moram com o Sr.(a) na sua casa? _____</p> <p>Onde seus filhos nasceram: _____</p> <p>No próprio local: _____ No próprio município: _____</p> <p>No Estado de Roraima: _____ Outros Estados: _____</p> <p>Outros países: _____</p> <p>Todos seus filhos ainda moram em Terra Preta? _____</p> <p>Caso negativo, quantos não moram mais em Terra Preta? Qual a idade de saída? Qual o motivo da saída?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>							
Filhos							
Número de filhos:	<table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; border-collapse: collapse;"> <tbody> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center; padding: 2px 5px;">< 8 anos</td> <td style="width: 50%;"></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 2px 5px;">< 15 anos</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 2px 5px;">< 20 anos</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	< 8 anos		< 15 anos		< 20 anos	
< 8 anos							
< 15 anos							
< 20 anos							
História							
<p>Há quanto tempo mora aqui? Sr. _____ e Sra. _____</p> <p>Por que veio morar aqui?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Como era quando o Sr. ou a Sra. chegaram aqui? (descrição qualitativa – fisicamente, economicamente, social e ambiental)</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>							
Antiga Moradia							
<p>Quais os lugares o Sr. e a Sra. viveram antes da vila de Terra Preta?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Local de última moradia? (localidade/município) _____ Quanto tempo morou lá? _____</p> <p>Por que morava lá?</p> <p>_____</p>							

O que fazia lá?

O que levou o Sr. a ir para Terra Preta? (benefício)

Capilaridade do Trabalho (análise de discurso)

Como é o seu trabalho durante o ano?

Roça (onde/ o que tu plantas/ em qual período você planta e colhe)?

Extrativismo? (não-madeireiro/madeireiro)

Quais produtos são extraídos? E quando? Onde?

Caça? (parte encoberta) _____ Quais espécies?

Onde é realizada caça?

Em qual período do ano é realizada a caça:

Realiza pesca comercial? (onde?/quais peixes você pesca?/ em qual período?) _____

Realiza Pesca para consumo? (onde?/ quais peixes você pesca?/ em qual período?)

Participa do turismo de pesca esportiva? (onde?/o que faz?/o que ganha/em qual período do ano?)

Capilaridade no Turismo (análise de discurso)

Quem é o turista que visita Terra Preta? (origem) _____

Participa mais mulher ou homem? Descreva o perfil _____

Como esse turista chega a Terra Preta? _____ Quantos chegam? _____

Qual o período de alta estação?

<p>Quantas pessoas da comunidade estão envolvidas no turismo? _____</p> <p>O que elas fazem? _____</p> <p>De quem são os meios de produção? _____</p>
<p>Em que período o turismo não acontece? E você trabalha de que neste período?(na roça/pesca/extratativismo madeireiro) _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>Qual a importância da atividade turística para sua economia familiar? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>O que mudou com a chegada do turismo? Fisicamente: _____</p> <p>_____</p> <p>Economicamente: _____</p> <p>Socialmente: _____</p> <p>Ambientalmente: _____</p>
<p>Quem são as empresas operadoras de Turismo na comunidade? _____</p> <p>_____</p>
<p>Quem gerencia o Turismo na comunidade? _____</p> <p>_____</p>
<p>Quem participa da atividade turística? (quais comunidades) _____</p> <p>Quantas pessoas de cada comunidade? _____</p>
<p>Quem não participa? _____</p>
<p>Quem não pode participar? (e por quê?) _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>O Sr. Está satisfeito com o que está acontecendo na comunidade, comparando o que era antes no passado? _____</p> <p>_____</p>
<p>E o que mudaria? _____</p> <p>_____</p>
<p>O que gosta na mudança ocorrida? _____</p> <p>_____</p>

E o que NÃO gosta ?

